

FOLHA DE LONDRINA

CORPORATIVISMO

OAB critica juízes por
falta de transparência

23 NOV 2011

OAB critica associações de juízes por falta de transparência

Evandro Fadel
Agência Estado

Curitiba - O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, criticou ontem, em Curitiba, as associações de juízes, afirmando que elas têm tentado impedir que haja transparência no Poder Judiciário com atitudes como o recente pedido para que nem ao menos as iniciais dos nomes dos que respondem a processos disciplinares sejam divulgadas. "As associações de classe dos juízes têm tido um posicionamento não republicano, no sentido de defender muito mais a magistratura do que a sociedade", afirmou.

Segundo ele, a independência de um poder ou de um agente político como o juiz deve ser exercida na defesa da sociedade. "O Estado não é mais importante que o cidadão", acentuou. Para Cavalcante, "a transparência é fundamental na República". "O Conselho Nacional de Justiça possibilitou que se vivesse esse novo momento na Justiça brasileira, em que se conhece a Justiça por dentro, através dos números se sabe quanto tempo o juiz tem uma causa nas mãos, quanto tempo leva para julgar um processo e por que não julga", disse.

Cavalcante ressaltou que, no entanto, "isso começou a incomodar". "E começou a incomodar muito mais quando, no momento seguinte, se começou a punir pessoas ligadas aos tribunais de Justiça, aos grandes dirigentes desses tribunais", reforçou. "As corregedorias dos tribunais, infelizmente, nunca funcionaram, e o CNJ passou a divulgar e punir, ainda que a legislação determine apenas uma aposentadoria compulsória".

Ausência

O presidente da OAB não escondeu o descontentamento com a ausência do ministro da Educação, Fernando Haddad, no painel sobre Direito Social à Educação, na manhã de ontem, na 21ª Conferência Nacional dos Advogados, realizada na capital paranaense. Segundo ele, o governo tem investido no ensino superior com o objetivo de aumentar a quantidade de universitários e não de melhorar a qualidade. "O próprio MEC, e lamentavelmente o ministro Fernando Haddad não compareceu hoje (ontem) à conferência como havia se comprometido para debater essa questão, editou uma nota técnica do Inep, onde simplesmente acaba com a exigência de mestrado e dou-

torado para os coordenadores de curso", criticou.

Ele anunciou que a OAB deve

divulgar uma lista das faculdades de Direito que a entidade considera que têm nível adequado para o ensino jurídico, a partir de um estudo que levou em consideração o último Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), do MEC, e os últimos três exames da Ordem.

Segundo a assessoria da OAB, o MEC alegou que o ministro tinha sido chamado pela presidente Dilma Rousseff para um evento em São Paulo. A agenda divulgada no site do Ministério apontava a participação, às 9h30, em cerimônia de lançamento do Projeto Trilhas da Natureza em Cajamar (SP), sem a presença da presidente.

**'O Estado
não é mais
importante
que o cidadão'**

CONTINUA

23 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para
advogados,
magistratura
está mais
preocupada
com a própria
classe do
que com a
sociedade



*Para Ophir Cavalcante, a independência de um
juiz deve ser exercida na defesa da sociedade*

23 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Deputados questionam projeto do Judiciário

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - Em meio ao "pacote" de oito projetos envolvendo o Poder Judiciário paranaense aprovado ontem pelos deputados estaduais, a proposta de auxílio-saúde aos magistrados e servidores efetivos foi a que teve mais questionamentos dos parlamentares. O principal problema, na análise dos deputados, é que não foi entregue o impacto financeiro que o projeto pode causar.

"Não podemos aprovar um projeto sem saber qual será o impacto para os próximos anos. Estamos votando um projeto sem que se tenha uma tabela que limite os ressarcimentos. Não sabemos os valores que serão pagos a faixas etárias diferenciadas. Se houver internamento para toda a família, até que limite será ressarcido?", questionou o petista Tadeu Veneri

(PT), reconhecendo que, durante a apreciação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os deputados não atentaram para essa falha.

Por conta dessas dúvidas, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), determinou uma reunião para hoje com um representante do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná para esclarecimentos do projeto. Mesmo assim, o projeto foi aprovado em primeira discussão.

Entre os outros projetos estão proposições que tratam da criação de 25 cargos de juiz substituto para as comarcas de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava; a proposta de aumento de R\$ 300 para R\$ 400 no valor do auxílio-alimentação dos servidores do Judiciário e o pagamento de adicional de férias de no mínimo um terço da remuneração dos servidores.

23 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Oposição vai à Justiça contra taxas do Detran

Deputados alegam

inconstitucionalidade do projeto
que prevê aplicação de parte dos
recursos na segurança pública

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - Sob a alegação de inconstitucionalidade do projeto de lei que reajusta todas as taxas praticadas pelo Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR), a bancada de oposição da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná ingressou ontem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Pela ação, os deputados querem a suspensão da aplicação da lei até o julgamento do mérito do projeto na Justiça. A previsão é que as novas taxas - que sofrem acréscimo de até 271% dependendo do serviço - comecem a vigorar em fevereiro de 2012.

A argumentação da Adin baseia-se no artigo 129 da Constituição Estadual, segundo a qual taxa é um tributo que deve ser instituído com o fim exclusivo de custear o próprio serviço. No projeto do Executivo, a intenção é destinar parte da arrecadação com as taxas para a

área da segurança pública, preferencialmente. Mas esse repasse é questionado pela oposição. "A lei não dá certeza aos paranaenses que o lucro do Detran-PR vai ser realmente investido em segurança, apenas assegura que esta decisão será feita pelo governador, por decreto. É literalmente um cheque em branco para o governador Beto Richa", criticou o líder da oposição, deputado Ênio Verri (PT).

Além da Adin foi feita uma representação junto ao Ministério Público Estadual (MPE), assinada pelos petistas Ênio Verri, Luciana Rafagnin, Elton Welter, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandscheer e o peemedebista Aníbelli Neto. Paralelamente, os deputados assinaram a ação popular de iniciativa do senador e ex-governador Roberto Requião (-PMDB) que também questiona o reajuste. Durante seu governo, Requião chegou a propor um aumento similar às taxas, mas recuou após a repercussão do caso.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

23 NOV 2011

Mais investigação

O poder de um Derosso lembra muito o de Aníbal Curi, embora este em âmbito maior. Comprova o caráter acomodado da sociedade e a sua apatia política a a inexistência de ação investigatória independente, fora do poder que a tudo subordina.

Ética

A Comissão de Ética da Câmara de Curitiba arquivou o caso da revista fantasma "Câmara em Ação" e a do afastamento de Derosso. Foi fiel ao seu presidente e isso não deixa de ser ético num certo sentido, o de sempre.

Seletivo

A indignação da vereadora Renata Bueno é seletiva: entra com ação popular pela cassação de Derosso, bloqueio de bens e devolução de grana. Já nada tem contra a Consilux-Urbs-Diretran, área do seu PPS, o limpinho, sabonético.

Salvação

Confiar no Judiciário quando o governo é muito forte: deu certo, ao menos até aqui, no caso Derosso, e pode emplacar na ação da oposição contra o tarifaço do Detran. Reconheça-se que o caso não está suficientemente politizado.

Quinzinho

João Claudio Derosso levou 15 anos no poder e também a Urbs-Diretran ficou o mesmo tempo surrupiando o poder de polícia. Luclano Duccl agora quer nos tapiar botando celetistas para controlar o trânsito. E ainda tenta fazer disso um ato sentimental em defesa dos servidores da Diretran. Se isso se der, a decisão do Judiciário estará sendo boicotada: servidor demissível não tem fé pública em termos institucionais.

Mensalão

Insinua-se a existência na Câmara de Curitiba de um mensalão. Não há provas, mas é o que o povo fala por aí.

23 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

MP entra com ação para garantir medicamento

Ponta Grossa - O Ministério Público do Paraná (MP-PR), através da Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Ponta Grossa (Campos Gerais), entrou nesta semana com ação civil pública contra a Secretaria Estadual de Saúde, cobrando a distribuição imediata de um remédio de uso contínuo para uma idosa de 64 anos que sofre de um quadro grave de doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC).

De acordo com o promotor responsável pelo caso, Fuad Faraj, o Spiriva não consta na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) - com os produtos fornecidos pelos governos estadual e federal. Além disso, o remédio não pode ser substituído por nenhum outro similar, conforme indicações médicas. "Sem ele (o medicamento), o tratamento não terá efeito. Seria jogar dinheiro fora, além de debilitar a saúde da paciente."

Segundo o promotor, a mulher, que não teve a identidade revelada, está com a saúde tão debilitada que está

pesando 26 quilos. "A medicação foi prescrita pela equipe médica que atende a idosa, que sustenta que o produto requerido é imprescindível e insubstituível no tratamento da paciente."

O MP-PR relata na ação que o Estado, através da 3ª Regional de Saúde, "esclareceu que o medicamento solicitado não está padronizado pela lista do governo federal e estadual e como é de origem municipal deve ser solicitado ao município".

O promotor rebateu afirmando que é obrigação do governo estadual suplementar o programa de saúde do município. "O Estado é demandado a atender essas necessidades dos doentes. Não existe uma saúde municipal, estadual ou federal. Os recursos estaduais são superiores."

Ainda conforme Faraj, caso o juiz decida por não disponibilizar o remédio, o MP-PR irá recorrer ao Tribunal de Justiça do Estado. A reportagem tentou contato com a Procuradoria Geral do Estado mas, segundo informações da assessoria de comunicação, o órgão ainda não tinha informações sobre o caso.

JORNAL DO ESTADO

PLENÁRIO 23 NOV 2011

Pacote de oito projetos do TJ-PR é aprovado

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou ontem um pacote de oito projetos de autoria do Tribunal de Justiça. Nas mensagens, o presidente do TJ, desembargador Miguel Kfoury Neto, afirmou que esse conjunto de medidas tem o objetivo ampliar e aperfeiçoar a atuação do Judiciário.

Um dos projetos aprovados propõe a criação de 25 cargos de juiz de Direito substituto para as comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, ao mesmo tempo em que unifica as seções judiciárias dessas comarcas. Outra proposta eleva a Comarca de Antonina da entrância inicial para entrância intermediária e cria a 60ª seção judiciária com sede no município; enquanto o projeto de nº 828/11 cria a 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte, de entrância intermediária.

Também passaram pelo Plenário as seguintes propostas: a que eleva de R\$ 300 para R\$ 400 o valor do auxílio-alimentação dos servidores do Judiciário; a que trata do pagamento de adicional de no mínimo 1/3 da remuneração dos servidores por ocasião das respectivas férias, e a instituição do auxílio-saúde aos magistrados e servidores efetivos do Judiciário.

Essa última proposta gerou uma série de questionamentos

entre os deputados. "Há dúvidas em relação aos limites dos ressarcimentos já que não existe uma tabela estabelecendo os valores desse auxílio", declarou o deputado Tadeu Veneri (PT). Diante disto o presidente Valdir Rossoni (PSDB) anunciou a realização de uma reunião hoje, às 10 horas, com um representante do TJ, na Sala da Presidência, para esclarecimentos sobre o projeto. Esses projetos foram aprovados ontem em primeira discussão, e dependem ainda de mais duas votações para irem à sanção do governador Beto Richa.

Novas Varas – Outros dois projetos do TJ foram aprovados ontem só que em segunda discussão. É o caso da proposta que cria a Vara de Execuções Penais e a Corregedoria dos Presídios de Cruzeiro do Oeste. E o projeto que cria a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel.

Ministério Público investiga

23 NOV 2011

COMPETÊNCIA DA URBS

Procuradores analisam a legalidade da empresa de

Ana Ehlert

A competência jurídica da Urbanização de Curitiba (Urbs), empresa de economia mista que tem como sócio majoritário a Prefeitura de Curitiba, para administrar o transporte público da Capital é alvo de uma análise investigativa de procuradores do Ministério Público do Paraná. O estudo seria uma fase preliminar à montagem de uma ação na qual poderá ou não ser questionada a legalidade da Urbs no gerenciamento do sistema por tratar de dinheiro e serviço públicos, sendo administrado por uma empresa semiprivada.

O questionamento teria sido levantado há alguns anos, mas tomado corpo com os novos entendimentos a cerca da competência da Urbs em fiscalizar e aplicar multas dos motoristas infratores. A companhia está proibida pelo Tribunal de Justiça do Paraná de exercer o papel de polícia na fiscalização do trânsito da cidade, em ação movida pelo advogado Reginaldo Koga na qual requer a anulação de multa aplicada pela Urbs.

economia mista gerir dinheiro público

A proibição do TJ-PR toma como base a decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) de que empresas de capital mista não podem ser responsáveis pela fiscalização do trânsito. A atividade seria exclusiva do estado, uma vez que a empresa é semiprivada e, portanto, teria como meta obter lucro.

No caso do transporte coletivo, o questionamento segundo os envolvidos, seria a competência da empresa gerenciar o dinheiro dos passageiros, que é público, para o pagamento das empresas. Procurado pela reportagem o advogado Koga afirmou que tal possibilidade até poderia caracterizar um conflito de interesses. "Eu teria que analisar o caso com mais cuidado para afirmar isso. No entanto, poderá haver similaridade com a decisão sobre a cobrança de multas", disse.

O economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), escritório Curitiba, Sandro Silva, afirma que por volta de 2005, quando foi criada uma Comissão para discutir sobre o preço e o sistema de transporte público em Curitiba, alguns

dos integrantes chegaram a levantar a questão, mas a discussão não foi para frente. Silva lembra que na época o debate envolveu vários segmentos populares, como o Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização no Estado do Paraná (Sindiurbano), Movimento Estudantil, Centrais Sindicais e Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná (Senge-PR).

"A comissão acabou se desfazendo e o assunto foi esvaziado por conta do pouco espaço que tínhamos na mídia que, quando divulgava o que estava acontecendo o fazia de forma distorcida", diz. Silva cita a decisão do TJ-PR sobre as multas como uma possibilidade. "Essa é uma questão levantada há tempos, do mesmo modo que as multas, agora proibidas de serem aplicadas pela Urbs", afirma o economista do Dieese.

Ele acrescenta ainda que nos dois casos há o envolvimento de dinheiro público, sendo administrado por uma empresa de economia mista que claramente seguiria as leis de mercado, visando o lucro.

A Urbs foi procurada pela reportagem para falar sobre o assunto, mas até o fechamento desta edição não havia retornado.

JORNAL DO ESTADO

DETRAN

Oposição questiona aumento de taxas na Justiça

23 NOV 2011

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa protocolou ontem duas representações contra o aumento das taxas do Detran proposto pelo governo do Estado e aprovado pela Casa. Os deputados oposicionistas ingressaram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) à Lei Estadual nº 16.943/2011 no Tribunal de Justiça, além de uma representação ao Ministério Público Estadual. Assinaram os documentos os deputados Enio Verri, Luciana Rufagnin, Elton Welter, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandscheer, do PT, além de Anibelli Neto, do PMDB. O senador Roberto Requião, do PMDB, também subscreve a representação ao MP.

Na Adin, a suposta inconstitucionalidade da lei é fundamentada no artigo 129 da Constituição Estadual, segundo a qual taxa é um tributo que deve ser instituído com o fim exclusivo de custear o próprio serviço. Em outras palavras, deve ser destinado apenas para o custeio do serviço prestado, alega a oposição. "A justificativa do governo é que o lucro proveniente do reajuste abusivo das taxas será destinado para outras áreas, como a segurança pública. Ocorre que a Constituição diz que taxa é um tributo que deve ser utilizado apenas com a finalidade de custear o próprio serviço", explicou Verri, líder da oposição na Assembleia.

Os parlamentares também irão solicitar ao desembargador Miguel Kfoury Neto, presidente do TJ/PR, a suspensão da aplicação da lei até o julgamento do mérito. "Pedimos ao TJ que se manifeste, por meio de limitar, antes que as taxas comecem a ser cobradas, em fevereiro do ano que vem. Toda a população do Paraná seria lesada caso as novas taxas comessem a ser cobradas e, posteriormente, sejam julgadas inconstitucionais", disse o petista.

O líder da oposição apontou ainda que as taxas atuais do Detran já cobrem os custos dos serviços e o órgão é superavitário. "Além disso, a lei também não dá a certeza aos paranaenses que o lucro do Detran vai ser realmente investido em segurança, apenas assegura que esta decisão será feita pelo governador, por decreto. É literalmente um cheque em branco para o governador Beto Richa. Ele poderá gastar como preferir, nas secretarias chefiadas pela esposa ou irmão, por exemplo", criticou.

Com os novos valores, a arrecadação do Detran deverá aumentar em R\$ 151,4 milhões a partir do ano que vem, avalia o bloco oposicionista. "Somente de janeiro a outubro deste ano a receita do Detran foi de R\$ 377 milhões, dos R\$ 151 milhões de superávit", disse o deputado Elton Welter (PT). Welter afirmou ainda que de 2003 a 2010 – durante os dois mandatos do governo Requião – o órgão arrecadou R\$ 2,3 bilhões e repassou quase R\$ 877 milhões aos cofres estaduais.

Coerência — O líder do governo Beto Richa, deputado Ademar Trajano (PSDB), afirmou que é um direito da oposição questionar o aumento na Justiça, mas criticou a falta de coerência dos parlamentares. "O Requião propôs um aumento das taxas do Detran com o aval do PT. Lá não era inconstitucional", lembrou. Trajano se refere a proposta enviada por Requião em 2007 propondo aumento de até 230% nas taxas do Detran. A repercussão negativa obrigou-o a retirar o projeto da pauta do Legislativo.

JORNAL DO ESTADO

VIOLÊNCIA SEXUAL

23 NOV 2011

CRIANÇAS E ADOLESCENTES são as principais vítimas em Curitiba

Dados foram divulgados pela Associação dos Médicos Legistas do PR partir dos atendimentos feitos no IML da Capital

Dados inéditos do Instituto Médico Legal do Paraná (IML-PR) revelam que as jovens entre 12 e 18 anos e crianças até os 11 anos são os maiores alvos da violência sexual na Capital. Juntas, essas duas faixas etárias totalizam 80% de todos os exames de conjunção carnal e 79,6% dos de ato libidinoso feitos pelo IML em pessoas do sexo feminino até outubro de 2011. Por outro lado, as mulheres adultas, com idade entre 19 e 50 anos, são as principais vítimas de lesão corporal. Este grupo totaliza mais de 73% dos casos de lesão corporal tanto em 2010, quanto em 2011.

O resultado tem como base os exames solicitados pela polícia para confirmação de conjunção carnal (relação sexual completa), ato libidinoso (atos que implicam em contato do órgão sexual masculino com partes suxuais femininas) e lesão corporal. De janeiro a outubro de 2011 houve um aumento de 38% em relação ao mesmo período do último ano nos exames de con-

De janeiro a outubro de 2011 houve um aumento de 38% em relação ao mesmo período do último ano

junção carnal. Já nos exames de ato libidinoso, o acréscimo foi de 39% na mesma amostragem. Enquanto que nos exames de lesão corporal manteve-se quase o mesmo número, com uma alta de 9%.

Para a presidente da Associação dos Médicos Legistas do Paraná e responsável pela metodologia do novo sistema, Maria Letícia Fagundes, o levantamento é preocupante. "Esse número deve ser ainda maior. Se pensarmos que entre dar queixa e ir ao IML, grande parte desiste ou se arrepende por insegurança, na realidade este número é muito maior. Sem contar nos casos que as mulheres nem chegam a prestar queixa por medo. Sabemos que esse é um problema social muito sério", diz.

Maria Letícia ainda acrescenta que o fato das mais afetadas por violência sexual — conjunção carnal e ato libidinoso — terem até 18 anos representa uma quebra de conceito. "A sociedade imagina que as mulheres en-

tre 20 e 30 anos são os alvos preferenciais porque já são, de fato, mulheres formadas. Com esses dados vemos que não, o que é realmente assustador. Diariamente vemos crianças de um, dois, três anos se submetendo a perícias para comprovar abuso sexual", afirma. Apenas nas estatísticas de ato libidinoso de janeiro a outubro deste ano quase 50% dos casos eram de meninas de 11 anos.

CONTINUA

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

23 NOV 2011

Vítimas ficam com transtornos emocionais

A médica, que é ginecologista há mais de 20 anos, explica que crianças e adolescentes submetidos a abuso sexual ou violência podem sofrer vários transtornos psicológicos que podem influenciar na vida sexual e social futura. “É um dano emocional e psicológico, em longo prazo, decorrente dessas experiências pode ser devastador, especialmente porque o abuso sexual geralmente ocorre na família, através do pai, do padrasto, do irmão ou outro parente qualquer”, fala.

Os dados do IML estão sendo possíveis de serem coletados agora devido a uma nova ferramenta aplicada no Instituto em 2011. Futuramente poderão ser conhecidos também mais detalhes do diagnóstico como a porcentagem dos exames que deram positivos e negativos. “Esses números são muito importantes para ajudar na definição da estratégia de segurança da cidade. Se estamos tendo um grande número de agressores nas próprias casas, com essas meninas adolescentes, colocar câmeras não vai adiantar. Os dados nos permitem ter uma postura analítica para a segurança de Curitiba”, diz Maria Letícia, idealizadora da ferramenta criada pela Celepar.

Conjunção — No total, os exames de conjunção carnal apresentaram um aumento de 9% nos primeiros dez meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2010. Foram 371 procedimentos feitos pelo IML de Curitiba, sendo que destes, 42% foram em crianças até 11 anos e 38% em adolescentes de 12 a 18. Na sequência estão as mulheres entre 19 e 30 anos, com 12,9%. Dos 31 aos 50 anos, a porcentagem das examinadas cai para 6,7% e os exames feitos em mulheres com mais de 50 anos não chega a 1%.

Em 2010, até outubro foram 340 exames realizados e 407 até o final do ano. Os exames de conjunção carnal são feitos apenas em mulheres porque diagnosticam se houve ou não relação sexual com penetração exclusivamente na vagina.

Dia da não violência — O próximo 25 de novembro é marcado pelo Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, que foi estabelecido em 1981 durante o 1º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. É uma homenagem às irmãs Mirabal, ativistas políticas da República Dominicana, assassinadas em 1960 durante o governo do ditador Rafael Trujillo. Estatísticas mostram que, a cada 15 segundos, uma mulher é espancada no Brasil, o que representa cerca de 2 milhões por ano.

Neste dia acontecem diversas manifestações pela não-violência contra a mulher. Municípios e entidades se unem para defender os direitos femininos.

23 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

25 NOV | DIA INTERNACIONAL
DA NÃO VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER



Banner da Prefeitura de São José dos Pinhais pelo dia de combate à violência contra a mulher

Números de exames feitos em alta

Nos exames de ato libidinoso feitos com jovens entre 12 e 18 anos foi constatado um aumento geral de 14%. Foram 365 neste ano contra 320 até outubro de 2010. A faixa etária dos 12 aos 18 anos é a mais preocupante. O número de exames feitos em meninas adolescentes já é maior do que o ano inteiro de 2010. Até agora foram 131, enquanto que em 2010, de janeiro a dezembro, foram 112.

O maior número de exames de ato libidinoso feitos no IML este ano é em meninas de até 11 anos; 43,8% dos 365 casos. Depois vem as adolescentes entre 12 e 18 anos, com

35,8%. Em terceiro lugar estão as mulheres entre 19 e 30 com 13,8%, seguidas das com faixa etária entre 31 e 50 anos, com 5,7%. As com mais de 50 anos não chegam a 1%.

O ato libidinoso, por se caracterizar em atos que impliquem o contato do pênis com boca, vagina, seios ou ânus, também pode ocorrer em meninos, e é por isso que o levantamento é separado da conjunção carnal. Em 2010 foram realizados 79 exames. Em 2011, até 31 de outubro, o aumento já é de 10%, com 87 casos registrados. Da mesma maneira que está acontecendo com as mulheres, os meninos de 0 a 18 anos são os mais agredidos. Eles somam

93% dos casos que passaram pelo Instituto neste ano.

Em contrapartida, os exames do IML de lesão corporal, mostram maior incidência em mulheres adultas com idade entre 19 e 50 anos. "Isso já era esperado nos exames de agressão física, pois os adultos fazem a procura espontânea, já a criança só vai se conduzida por um adulto. A maior incidência de causas da agressão nessas mulheres vem do parceiro, que ataca os braços, o pescoço com a tentativa de esganadura e o rosto. Mas também há as brigas em família que são muito comuns, bem como com vizinhos, no bairro ou nas escolas", conta Maria Letícia.

23 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

SISTEMA PRISIONAL

Paraná terá mais presídios e cadeias

O governador Beto Richa e a secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, participam, hoje, às 10 horas, em Brasília, do lançamento do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, do Ministério da Justiça.

No encontro, o ministro José Eduardo Cardozo vai apresentar as diretrizes para a aplicação de R\$ 1,1 bilhão em recursos que serão liberados para diversos Es-

tados, entre eles o Paraná, para a construção de novos presídios e cadeias públicas.

Richa e o ministro Cardozo já tiveram vários encontros neste ano para tratar de questões de segurança e do sistema prisional, em razão do Paraná abrigar cerca de 15 mil presos em delegacias. O número corresponde a cerca de um terço de todos os detentos custodiados em unidades policiais no Brasil.

O Programa Nacional de

Apoio ao Sistema Prisional pretende repassar os recursos nos próximos três anos, o que deve gerar 42,5 mil vagas em penitenciárias e cadeias públicas. Assim, será possível zerar o déficit de vagas femininas em presídios e reduzir a quantidade de presos provisórios em delegacias, projeta o Ministério. Durante o evento, serão também assinados decretos sobre monitoração eletrônica de presos e educação no sistema prisional.

GAZETA DO POVO

COFRES PÚBLICOS

Pacote cria mais benefícios ao Judiciário

23 NOV 2011

Os deputados estaduais aprovaram ontem, em primeira discussão, um pacote de projetos de lei para criar uma série de benefícios aos desembargadores, juízes e servidores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). São três propostas que tratam de auxílio-alimentação, adicional de férias e auxílio-saúde. No total, os benefícios vão custar R\$ 42,8 milhões aos cofres públicos por ano.

A proposta que vai custar mais caro aos cofres do Estado — R\$ 26 milhões anuais — cria o auxílio-saúde aos magistrados, servidores efetivos do Judiciário paranaense e também a seus dependentes. Pelo projeto, o TJ concederá a cerca de 10 mil servidores ativos e inativos o direito de ressarcimento de despesas com planos de saúde privados. O texto estabelece que cada um terá direito a receber de volta o valor gasto de acordo com a respectiva faixa-etária, fator que altera os valores pagos aos planos particulares. A definição de cada valor por faixa etária será estabelecida por decreto judiciário — o que foi cobrado ontem pelos deputados para votarem a matéria em segunda discussão.

Outro projeto eleva o valor mensal do auxílio-alimentação de R\$ 300 para R\$ 400 e terá impacto de R\$ 5,3 milhões anuais no orçamento do TJ. Além disso, R\$ 1,2 milhão será bancado por ano pelo caixa do Fundo da Justiça do Poder Judiciário (Funjus).

Já a matéria mais polêmica aumenta o abono de férias, que passaria do tradicional um terço do salário para metade dos vencimentos. Como tem 4.465 servidores e 728 magistrados, o custo do acréscimo do adicional de férias no TJ chegará a R\$ 11,5 milhões anuais. (BLG)

GAZETA DO POVO

Oposição tenta barrar tarifaço na Justiça

23 NOV 2011

Deputados alegam que aumento nas taxas do Detran, de até 271%, só pode custear os serviços oferecidos, mas governo pretende usar os recursos na segurança pública

Buclides Lucas Garcia

¶ A bancada de oposição na Assembleia Legislativa do Paraná entrou ontem com duas ações para tentar derrubar o tarifaço do governador Beto Richa (PSDB) que vai aumentar em até 271% as taxas do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná (Detran) a partir de fevereiro. O principal argumento é que taxas devem apenas custear o serviço oferecido, enquanto o governo pretende aumentar o caixa do Estado com o reajuste e destinar parte para a segurança pública. Nos próximos dias, o senador Roberto Requião (PMDB) promete também ir à Justiça contra o aumento das tarifas. A bancada governista no Legislativo contesta as alegações dos oposicionistas.

Ontem, os sete deputados do PT e o peemedebista Aníbelli Neto entraram com uma ação direta de

inconstitucionalidade (Adin) no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) contra o tarifaço. Eles também protocolaram uma representação no Ministério Público Estadual, que foi subscrita por Requião, alegando a inconstitucionalidade da lei. O senador ainda deve entrar com uma ação popular em uma das quatro varas da Fazenda Pública de Curitiba.

Para os deputados, o artigo 129 da Constituição Estadual, que trata de tributação, define de maneira clara que taxa é um tributo que deve ser instituído com o fim exclusivo de custear o serviço prestado. "O valor das taxas deve ser estabelecido conforme critérios de equivalência razoável e proporcional entre o custo real dos serviços e o montante a que pode ser compelido o contribuinte a pagar", diz a ação.

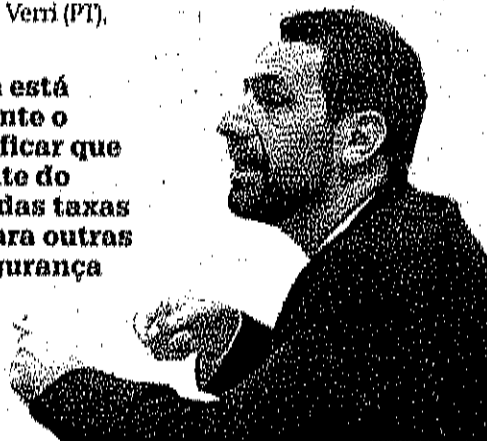
"O governo Richa está fazendo exatamente o contrário ao justificar que o lucro proveniente do reajuste abusivo das taxas será destinado para outras áreas, como a segurança pública", criticou o líder da oposição, Enio Verri (PT),

"O governo Richa está fazendo exatamente o contrário ao justificar que o lucro proveniente do reajuste abusivo das taxas será destinado para outras áreas, como a segurança pública."

Enio Verri, deputado estadual e líder da oposição (PT).

ressaltando que o Detran já é um órgão superavitário. "Além disso, a lei não dá a certeza aos paranaenses de que o lucro do Detran vai ser realmente investido em segurança, apenas assegura que esta decisão será feita pelo governador, por decreto. É um cheque em branco para o governador." Com o reajuste, o Detran deve arrecadar R\$ 151,4 milhões a mais do que o governo estadual previa para o ano que vem.

Em resposta às críticas, o líder do governo, deputado Ademar Trajano (PSDB), disse que ir à Justiça é um direito da oposição, mas ressaltou que, com o apoio do PT, Requião propôs reajuste de até 230% nas taxas do Detran em 2007, quando era governador — a mensagem foi retirada pelo peemedebista. "Por que naquela época não era inconstitucional? Não se trata de um tarifaço, mas de uma readequação das taxas", rebateu. "E o projeto deixa claro que o dinheiro irá para segurança, que precisa urgentemente de investimentos."



23 NOV 2011

VIOLÊNCIA

GAZETA DO POVO

Crianças são principal alvo de crime sexual

PAZ
SEM
VOZ
É MEDO

Pesquisa feita a partir de registros do IML em Curitiba revela que maioria das vítimas tem até 11 anos de idade

Crianças de até 11 anos de idade, seguidas de adolescentes entre 12 e 18, são as maiores vítimas de violência sexual em Curitiba. Essas faixas etárias respondem por oito entre 10 dos casos de conjunção carnal e ato libidinoso registrados neste e no ano passado pelo Instituto Médico Legal (IML). Já as mulheres entre 19 e 50 anos são as principais vítimas de lesão corporal, respondendo por 73% das ocorrências.

Do total de casos de conjunção carnal registrados neste ano, 42% tiveram como vítimas crianças de até 11 anos e 38%, adolescentes de até 18. Os atos libidinosos, por sua vez, são mais frequente na faixa dos 12 aos 18 anos. Os exames feitos neste ano em adolescentes superam o ano inteiro de 2010.

Até agora foram 131, contra 112 de janeiro a dezembro de 2010.

O levantamento só foi possível porque a presidente da Associação dos Médicos Legistas do Paraná, Maria Letícia Fagundes, criou junto com a Companhia de Informática do Paraná (Celepar) uma metodologia capaz de contabilizar os exames feitos pelo IML. Os dados não permitiam saber nem a faixa etária em que o problema era mais recorrente. As informações estavam disponíveis, porque o IML é informatizado, mas não havia uma maneira de estratificá-las. Em março, Maria Letícia reformulou os questionários de pesquisa com as vítimas e propôs à Celepar a criação de um sistema próprio para análise dos dados.

Para a médica, que é ginecologista e há 17 anos trabalha no IML, essas estatísticas permitem uma postura analítica para a segurança pública. "Se há crianças e adolescentes mais molestadas, não adianta aumentar o policiamento na rua, porque o problema está dentro de casa", diz. Essa violência, salienta a médica, só será reduzida quando a família tiver melhores condições de subsistência, como moradia, educação, emprego e lazer.

Para a médica, a constatação de que as maiores vítimas têm menos de 18 anos representa um revés no senso comum. "A sociedade imagina que as mulheres entre 20 e 30 anos são os alvos preferenciais porque já são mulheres formadas. Com

esses dados vemos que não. Diariamente recebemos crianças de 1, 2, 3 anos se submetendo a perícias para comprovar abuso sexual", diz.

As estatísticas, no entanto, não retratam toda a realidade. "Esse número deve ser maior, se pensarmos que entre dar queixa e ir ao IML, grande parte desiste. Isso sem contar os casos em que as mulheres nem chegam a prestar queixa por medo", avalia a médica. Ainda assim, a nova estatística é um avanço para a melhor compreensão de um problema que não distingue classe social. O sistema ainda será aperfeiçoado de forma a expandir o perfil da vítima, mas, pela percepção de Maria Letícia, embora pessoas de condições culturais e socioeconômicas desfavoráveis sejam a maioria, há casos de famílias com diploma de curso superior.



Maria Letícia Fagundes, médica legista responsável pelo levantamento.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ATENTADO À INFÂNCIA 23 NOV 2011

Em levantamento inédito, IML-Paraná registrou aumento de crimes por conjunção carnal e de ocorrências de atos libidinosos.

	2010*	2011*	variação
CONJUNÇÃO CARNAL	340	371	9%
ATO LIBIDINOSO	320	365	14%

*de janeiro a outubro

POR IDADE	Conjunção carnal	Ato libidinoso
0 a 11 anos	42%	44%
12 a 18 anos	38%	36%
19 a 30 anos	13%	14%
mais de 30	7%	7%

CONJUNÇÃO CARNAL relação sexual com penetração

ATO LIBIDINOSO ações realizadas com o fim de satisfazer o desejo sexual, como tocar partes do corpo ou despir alguém

XXI Conferência Nacional dos Advogados

ENSINO JURÍDICO

Selo da OAB_{23 NOV 2011} vai recomendar 90 cursos de Direito no país

Falta de qualidade em faculdades que formam novos bacharéis foi mote das discussões no 2.º dia do encontro

dos advogados

Dentse Drechsel

O ensino jurídico no Brasil está sucateado. É a culpa do Ministério da Educação (MEC). Essa foi a conclusão do painel dedicado ao "Direito Social à Educação", realizado ontem na 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Curitiba. Para pressionar a melhoria dos cursos de Direito no Brasil, a Ordem decidiu voltar a indicar instituições bem avaliadas por meio do selo "OAB Recomenda", que divulgará hoje uma lista com 90 instituições aprovadas pela entidade.

"O ensino jurídico no Brasil registra hoje um estado caótico e o MEC, reduzindo cada vez mais as exigências de qualidade dos cursos, só favorece os donos das indús-

trias de diplomas", lamentou o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante Júnior. "Temos de privilegiar o ensino superior no Brasil, mas sem prejudicar a qualidade com o afrouxamento das regras, como tem acontecido", continuou. O ministro da Educação, Fernando Haddad, confirmou a presença no evento, mas não compareceu.

As 90 instituições que recebem hoje o selo da OAB passaram por uma avaliação técnica feita a partir de um conceito formado pela soma ponderada da nota nos últimos três Exames de Ordem mais a pontuação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). "Na lista estarão todas as universidades que obtiveram a nota mínima de "5" em um intervalo de 0 a 7,25", explicou o membro das comissões de Educação Jurídica e do Selo da OAB Álvaro Melo Filho.

Sobre a possibilidade de acabar excluindo da lista alguma instituição de qualidade, que teve problemas com a participação dos alunos no Exame de Ordem ou no Enade, Melo Filho insistiu que o objetivo da OAB não é punir ninguém. "O selo não pode ser injusto. O selo existe apenas para premiar as ins-

tuições exemplares que levam em conta a qualidade e não a quantidade do ensino jurídico", afirma.

Expansão

O Brasil conta hoje com 1.219 cursos de Direito e 655 mil alunos matriculados. Por ano, formam-se entre 80 e 100 mil bacharéis — o equivalente a dez alunos por hora. O crescimento desse exército de bacharéis foi responsável pelo aumento em 310% no número de inscritos nos últimos dez Exames Unificados de Ordem. Nesse mesmo período, a aprovação no Exame caiu 50% — na última edição apenas 14% dos 116 mil inscritos superaram as provas.

De acordo com Melo Filho, o argumento utilizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) — o da necessidade social — não pode ser utilizado para justificar a criação de novos cursos de Direito.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 NOV 2011

"A necessidade social deve atender aos postulados constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. Se uma cidade tem apenas 100 mil habitantes, não se justificam mais de 100 vagas para cursos de Direito. E não é só isso, é preciso ver se a instituição contemplada tem capacidade para oferecer cursos de qualidade com todos os requisitos para que o curso de Direito seja como se espera, o que não acontece em muitas instituições", afirmou. "Mesmo assim os cursos são aprovados e o MEC é conivente com isso", complementou.

"O ensino jurídico no Brasil registra hoje um estado caótico e o MEC, reduzindo cada vez mais as exigências de qualidade dos cursos, só favorece os donos das indústrias de diplomas."

Ophir Cavalcante Júnior, presidente do Conselho Federal da OAB

NOTAS CURTAS

Veja alguns fatos marcantes do segundo dia:

Tributos à vista

Obrigar a indicar, na embalagem dos produtos, o percentual de tributos que corresponde a cada item. Essa foi uma das propostas apresentadas pelo palestrante Luiz Cláudio Allemand, no painel "Direito Tributário".

Grandes fortunas

Embora o Imposto sobre Grandes Fortunas faça parte do texto constitucional, não foi instaurado até hoje. O tributarista Rogério Martins explica que sua inspiração veio da França, onde um imposto similar foi criado em 1982 e extinto em 1986. Segundo ele, a distribuição da renda nem sempre é observada na prática.

Ausências

O ministro do Supremo (STF) Luiz Fux e o ministro da Educação, Fernando Haddad, entraram na lista de faltosos da conferência. Na segunda-feira, já havia se sentido a ausência dos ministros do STF Gilmar Mendes e José Dias Toffoli. Todos eles haviam confirmado presença.

Energia

Durante a manhã, a luz acabou por duas vezes na ExpoUnimed, onde é realizada a conferência. O problema foi solucionado rapidamente.

Lotação

Na parte da tarde, os painéis estavam lotadíssimos. Foi difícil encontrar um lugar para sentar.

PROGRAMAÇÃO

Confira os painéis de hoje e os debates:

HOJE

Das 8h30 às 12h30

- ▶ Direito de Propriedade.
- ▶ Direito Social do Trabalho.
- ▶ Direito Ambiental.
- ▶ Judiciário, Ministério Público e Democracia.

Das 14h30 às 18h30

- ▶ Dignidade e Direitos Humanos.
- ▶ Direitos da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.
- ▶ O Problema da Eficácia dos Direitos Sociais.
- ▶ A Nova Realidade do Exercício da Advocacia.

DEBATES – AMANHÃ

Das 9 às 11 horas

- ▶ Cotas Raciais e Sociais.
- ▶ Proteção Ambiental e Desenvolvimento.
- ▶ Controle da Comunicação.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 NOV 2011

PAINEL

Abuso de poder pede reação individual

Pollianna Milan

Imagine um advogado que tem uma briga pessoal com o único magistrado de uma cidade: é provável que ele perca todos os seus clientes e que, para continuar atuando na profissão, tenha de se mudar ou rezar para que o juiz o faça. Isso ainda existe no Brasil e é uma prova de que as relações pessoais interferem negativamente na Justiça. É sobre esta realidade que se debruçou o painel "Direitos e Garantias dos Advogados", realizado ontem na conferência.

O painel pediu com clamor aos advogados para que comecem a reagir individualmente contra os abusos de poder cometidos pelas autoridades judiciais. "Nós, advogados, temos de estar preparados para enfrentar o poder do Estado", afirmou o presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D'Urso.

O problema, segundo os palestrantes, é que hoje um magistrado, quando é processado por abuso de poder, não coloca a mão no bolso; quem é condenado é o Estado e não o juiz.

Um outro pedido feito no painel foi o fim do abuso policial. "Por causa dele, conseguimos aprovar em 2008 uma lei específica sobre a inviolabilidade dos escritórios de advocacia. O problema é que a toda hora nos deparamos com pedidos de busca e apreensão de computadores e celulares de advogados", disse o conselheiro fiscal da OAB Francisco Antis Fajad.

23 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Penhora de salário para pagar dívidas é criticada

Prática, que pode ser incluída no novo Código de Processo Civil e já vem sendo requerida por bancos, foi condenada por juristas reunidos em Curitiba

Alexandre Costa Nascimento

Apontada como uma "nova forma de escravidão", a ideia de penhorar salários para o pagamento de dívidas como empréstimos ou crédito consignado foi alvo de críticas dos especialistas reunidos no painel "Direito do Consumidor", realizado ontem, em Curitiba, durante a XXI Conferência Nacional dos Advogados. Para os advogados, a prática viola a condição de sustentabilidade vital do indivíduo, atentando contra sua própria existência.

Ao fim do painel, os advogados presentes no encontro votaram uma resolução contrária à inclusão da possibilidade de penhora dos salários no novo Código de Processo Civil, mantendo as limitações existentes, que garantem a disponibilidade do salário para manutenção

do assalariado e seus familiares. Apesar da restrição, recentemente alguns bancos entraram com recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para reter integralmente ou em grande parte os salários de devedores.

"O consumidor é vulnerável. Consumimos porque necessitamos, mas também por impulso. Os bancos sabem que somos tentados a consumir e oferecem crédito farto, fazendo depois o desconto das prestações em conta corrente, o que na prática significa a penhora dos salários", aponta o presidente da OAB-PB, Odon Bezerra Sobrinho, mestre em Direito do Consumidor. Ele cita o caso de uma professora no interior da Paraíba que chegou a receber apenas R\$ 18 de salário. "É um problema recente, fruto do superendividamento. Ocorre o mesmo com os aposentadorias através do crédito consignado", completa.

O advogado e professor de Direito do Consumidor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Bruno Miragem diz que a penhora dos salários é expressamente vedada em países como Holanda, Alemanha e Inglaterra. "Todas as democracias evoluídas do mundo protegem o salário do trabalhador. É o recurso básico usado para o sustento. Não descarto a hipótese de que essa prática seja até mesmo inconstitucional", aponta.

A resolução aprovada ontem ainda será votada na plenária final

do encontro e, se aprovada, será encaminhada ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Se aprovada pelo órgão consultivo, a decisão passa a ter o caráter de posicionamento oficial da OAB em relação ao tema. "Dependendo da natureza da questão, a OAB pode sugerir um Projeto de Lei ao Congresso ou divulgar publicamente essa posição à sociedade", explica o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcanti.

Publicidade

Ao tratar da vulnerabilidade do consumidor diante do fornecedor — conceituada juridicamente como "hipossuficiência" —, o desembargador do TJ-SP Rizzatto Nunes falou sobre o conflito entre a publicidade e o Direito do Consumidor. "Os marqueteiros conhecem profundamente os consumidores e engendram produtos e serviços que são entregues em qualquer lugar. O sistema de marketing é capaz de entender as necessidades e medos dos consumidores: o que queremos, desejamos, precisando ou não. Cria-se uma necessidade de que as pessoas se endividem para comprar coisas de que não precisam para mostrar para pessoas de que não gostam", avalia.

CONTINUA

23 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Os bancos sabem que somos tentados a consumir e oferecem crédito farto, fazendo depois o desconto das prestações em conta corrente, o que na prática significa a penhora dos salários.”

Odon Bezerra Sobrinho, presidente da OAB-PB e mestre em Direito do Consumidor.

Aliados usam brecha e arquivam pedido de punição a Derosso

23 NOV 2011

Um dia depois de presidente deixar o cargo, Conselho de Ética engaveta procedimentos que investigavam supostas irregularidades no uso da verba de publicidade

Chico Martins

Menos de 24 horas depois de o presidente licenciado da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), pedir afastamento por 90 dias do cargo, o Conselho de Ética da Casa arquivou dois processos que corriam contra o vereador. O primeiro dizia respeito ao afastamento de Derosso por causa de irregularidades na contratação da Oficina da Notícia — empresa da mulher do tucano, Cláudia Queiroz Guedes —, enquanto o segundo tratava de supostas irregularidades na impressão e na divulgação da revista, que custou R\$ 18,3 milhões aos cofres públicos entre 2004 e 2010.

O primeiro caso já tramitava em um estágio mais avançado. O afastamento de Derosso por até 90 dias havia sido aprovado pelos

cinco integrantes do Conselho de Ética em setembro, a partir de relatório do vereador Jorge Yamawaki (PSDB). Uma subcomissão, composta por Noêmia Rocha (PMDB), Dirceu Moreira (PSL) e Pastor Valdemir Soares (PRB) tinha a prerrogativa de elaborar uma resolução para que a punição fosse votada em plenário ou arquivada em definitivo.

Voto

Em outubro, Noêmia, com o apoio da bancada de oposição, apresentou um voto em separado pedindo que Derosso perdesse o mandato por 90 dias, já que os integrantes não entraram em um consenso em relação à duração. Os outros dois vereadores anunciaram que não arquivariam o processo, mas que ainda precisavam discutir a duração da pena com o resto da bancada de situação.

Na segunda-feira, o próprio Derosso pediu seu afastamento temporário da presidência da Casa — o que é diferente da perda temporária do mandato de vereador, já que ele continua participando normalmente das atividades da Câmara. Com isso, os dois vereadores, com apoio de alguns vereadores aliados do tucano, decidiram arquivar o processo.

De acordo com Soares, foi uma decisão política. Para ele, como Noêmia havia apresentado um voto em conjunto com a bancada de oposição, ele e Moreira deveriam apresentar um voto em con-

junto com a bancada de apoio ao prefeito. Segundo Soares, houve uma reunião entre lideranças e o grupo chegou a um consenso de que, como o presidente já havia pedido seu afastamento, não haveria motivos para levar esse processo a plenário. A manobra foi contestada por vereadores da situação, que negam que isso tenha sido sequer discutido (leia texto nesta página).

Para Noêmia Rocha, uma coisa não deveria excluir a outra. "Eles disseram antes que pediriam o afastamento, mas agora se dizem contemplados. Eu não entendo assim. Qualquer vereador pode pedir seu afastamento, isso não é uma punição", afirmou a peemedebista. "Mas sinto que fiz a minha parte, tenho consciência de que fiz o que era mais correto."

Câmara em Ação

Foi aprovado pelo Conselho de Ética, também, o relatório de Moreira sobre as suspeitas de irregularidade na revista *Câmara em Ação*. O vereador tinha apresentado na quinta-feira um relatório de apenas duas páginas dizendo que não havia encontrado qualquer irregularidade, mesmo admitindo ter-se baseado apenas nas notas fiscais apresentadas pela Câmara e em alguns minutos de depoimento dos envolvidos, e que o processo deveria ser arquivado. Soares e Yamawaki foram favoráveis, Noêmia votou contra e o presidente do Conselho, Francisco Garcez (PSDB), se absteve.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 NOV 2011

Afastamento só ocorreu em função de ação judicial do MP

Karlos Kohlbach

■ A ação de improbidade administrativa proposta na semana passada pelo Ministério Público Estadual contra o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), revelou que, politicamente, ele estava tranquilo em relação aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aberta para investigar irregularidades nos contratos de publicidade da Casa. O que mudou os fatos foi a intervenção do MP, que fez Derosso abrir mão temporariamente da presidência para evitar a saída por meio de decisão judicial. A análise da repercussão do afastamento de Derosso é de cientistas políticos ouvidos ontem pela Gazeta do Povo.

Professores de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Emerson Cervi e Ricardo Oliveira acreditam que, se não fosse a ação do MP, Derosso não teria pedido o afastamento temporário da presidência da Casa porque internamente o parlamentar estava seguro do desfecho dos trabalhos da CPI. "O papel do Ministério Público foi o deflagrador do afastamento pedido por Derosso. Ele estava administrando politicamente a crise na Câmara e ganhando tempo para protelar qualquer atitude mais drástica", afirmou Oliveira.

Impunidade

"A ação de improbidade acaba com a cultura da impunidade. Muitos na Câmara achavam que nada aconteceria com Derosso e que ele conseguiria levar o caso em banho-maria até o fim do ano", completou. Desde o início dos trabalhos da CPI, diz Cervi, ele acreditava num trabalho investigatório muito raso. "Desde o início esta CPI veio a reboque do MP e do TC [Tribunal de Contas do Estado]. A CPI saiu do nada e vai chegar em lugar nenhum", complementou o professor, citando que cabe a uma CPI levantar documentos, preparar o relatório e encaminhar às autoridades.

Apesar de tomar a iniciativa de protocolar o pedido de afastamento, Cervi analisa a saída temporária de Derosso da presidência como perda de poder dentro da Câmara e do partido. "Ele [Derosso] acha que não se trata de derrota política. Mas para mim é uma derrota sim porque representa uma queda no acúmulo de poder. Há seis meses, ele estava certo no cargo de vice-prefeito na chapa de Luciano Ducci (PSB) e mantinha o PSDB municipal nas mãos. Agora ele se afasta do diretório estadual e há muito tempo não figura como candidato a vice", disse Cervi.

O DIA SEGUINTE

15 anos depois, tucano vira vereador "comum"

Após quase 15 anos no comando da Câmara de Curitiba, o presidente licenciado João Cláudio Derosso (PSDB) teve seu primeiro dia como vereador "comum" desde 1997. Derosso compareceu à sessão e sentou-se na bancada mais distante da Mesa Executiva, onde ficava antes o vereador Juliano Borghetti (PP) – que se mudou para a primeira bancada, ao lado de Paulo Salamuní (PV). Durante a sessão, passou a maior parte do tempo conversando com colegas.

A presença de Derosso foi breve. Com menos de uma hora de sessão, o vereador deixou o plenário e não voltou mais. No caminho, diversos jornalistas tentaram entrevistá-lo. O tucano respondeu que só daria entrevistas depois de consultar seus advogados. **(CM)**

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 23 NOV 2011

Manobra constrange aliados de tucano

A decisão de arquivar o pedido de afastamento do presidente licenciado da C), do cargo de vereador causou um mal-estar entre vereadores aliados ao tucano. Membro da subcomissão do Conselho de Ética responsável pelo arquivamento, o vereador Pastor Valdemir Soares (PRB) disse que contou com o apoio das lideranças da situação para protocolar seu pedido. Entretanto, vários parlamentares da base negaram qualquer conversa nesse sentido e classificaram a decisão como um "erro político".

Dois vereadores, que pediram para não ser identificados, disseram ter considerado a decisão uma "barbearia política". Um deles, mais exaltado, chegou a classificar os colegas responsáveis pela decisão como "incompetentes" e que a decisão foi "uma burrice". Os dois reforçaram, por diversas vezes, que a decisão não foi tomada pela bancada.

Já Denilson Pires (DEM), que, segundo Soares, teria sido um dos signatários da decisão, contou uma história diferente. De acordo com o vereador, ele assinou um documento dizendo "tomar ciência" de que Derosso se afastaria da presidência por conta própria. Entretanto, ao saber que esse documento estava sendo classificado como uma moção de apoio à decisão dos



"Nós não assinamos moção nenhuma porque acreditamos que todas as irregularidades devem ser investigadas. Isso é uma posição de bancada."

Juliete Reis, líder do DEM na Câmara.

dois vereadores, pediu para retirar sua assinatura.

Líder do DEM, a vereadora Juliete Reis corroborou a história contada por Pires e reforçou que o partido é contra o arquivamento das denúncias. "Nós não

assinamos moção nenhuma porque acreditamos que todas as irregularidades devem ser investigadas. Isso é uma posição de bancada", declarou a vereadora.

Até mesmo o vereador Jorge Yamawaki (PSDB), autor do relatório arquivado por Soares e Dirceu Moreira (PSL), se disse surpreso com a situação. "Recebi essa decisão deles com muita perplexidade, eu não esperava isso, até por respeito [dos vereadores] ao meu trabalho. Eu trabalhei bastante para fazer esse relatório, mas cada um tem sua maneira de pensar e eu tenho que respeitar isso", afirma.

Oposição

A decisão do Conselho também não agradou à oposição. "A base de apoio ao prefeito [Luciano Ducci, PSB], que assumiu também a defesa do presidente Derosso, é ampla para arquivar qualquer tipo de investigação. Nós pedimos que essa interferência cessasse pela saída do presidente, mas, mesmo assim, ela continua. O importante é garantir, pelo menos, que a CPI cumpra seu papel", comentou o vereador Pedro Paulo (PT). Já o líder da bancada de oposição, Algaci Túlio (PMDB), classificou a decisão, em entrevista à RPC TV, como uma "pizza requeijada". (CM)

"Eles [Pastor Valdemir Soares e Dirceu Moreira] disseram antes que pediriam o afastamento, mas agora se dizem contemplados. Eu não entendo assim. Qualquer vereador pode pedir seu afastamento, isso não é uma punição."

Noêmia Rocha, vereadora (PMDB).

90 dias

é o tempo do pedido de afastamento de João Cláudio Derosso do cargo de presidente da Câmara de Curitiba.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

SOB SUSPEITA

CONTINUAÇÃO

Investigações sobre Derosso se multiplicam

23 NOV 2011

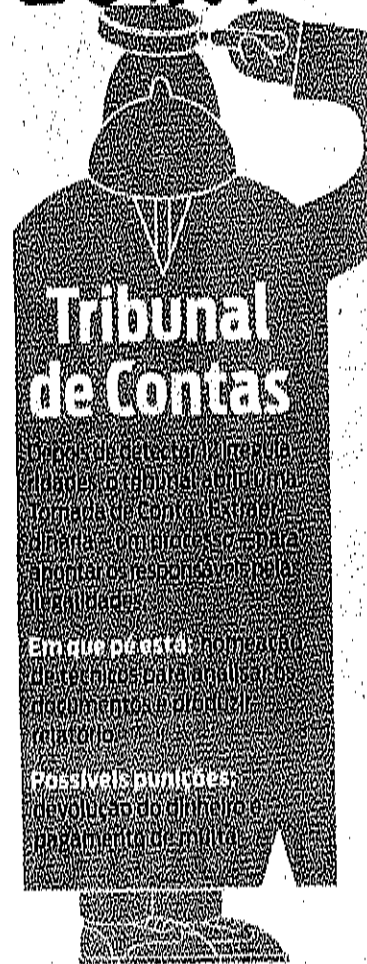
Nos últimos quatro meses, o vereador João Cláudio Derosso (PSDB), presidente licenciado da Câmara de Curitiba, viu surgirem várias investigações sobre seus atos. A primeira foi realizada pelo Tribunal de Contas. A que levou a seu afastamento foi a do Ministério Público, que atualmente está nas mãos da Justiça. Na Câmara, alguns

procedimentos já foram arquivados por aliados de Derosso, mas ainda há uma Comissão Parlamentar de Inquérito em andamento. Veja em que pé está cada um dos procedimentos e quais podem ser as punições em cada caso:

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 23 NOV 2011



CONTINUA

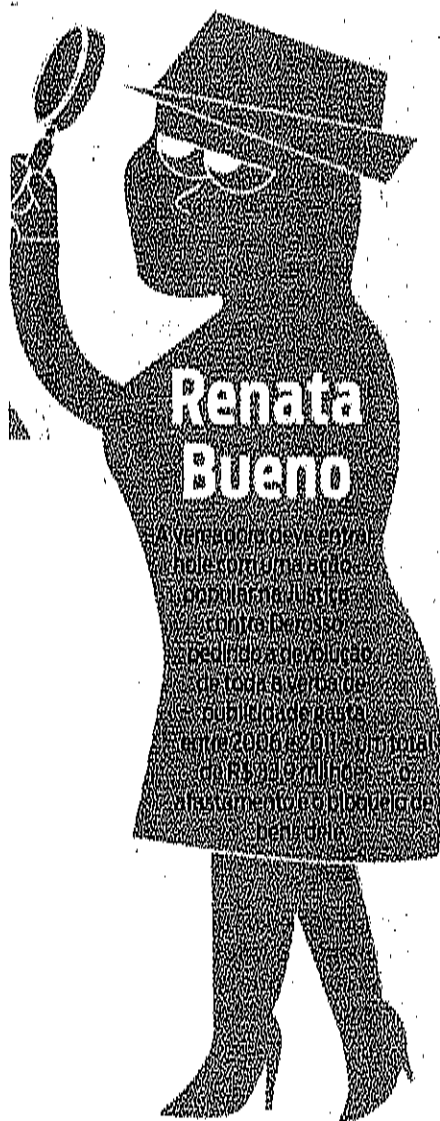
O CASO

Reportagens da Gazeta do Povo revelaram suspeitas de irregularidades na licitação feita pela Câmara de Vereadores para contratação de duas agências de publicidade. O Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado investigaram e detectaram irregularidades. A Câmara abriu uma CPI para investigar as denúncias.

GAZETA DO POVO

23 NOV 2011

CONTINUAÇÃO



**Renata
Bueno**

Veradora do vídeo
hoje com a irmã
para fazer a
controle pessoal
pedindo o vídeo
de todos os
publicidade
em 2009 e 2010
de 2009 e 2010
movimento de bloqueio
penal



**Câmara
Municipal**

CPI

O que investiga: busca para
investigar sobre as irregularidades
do contrato de execução
com contrato de qualidade de
CPI

Em que se está:
em andamento

Possíveis punições: não tem
punição prevista na lei
relativa à lei para a CPI

**Conselho
de Ética**

O que analisa: pedido
temporário de mandato de
depoimento verbal
distribuído para as
normativas para a
CPI

Em que se está: pedido de
depoimento verbal
de depoimento verbal
recebido

Investigação sobre
irregularidades do
movimento de bloqueio
arquivado

prática de recebimento
de depoimento

Possíveis punições: não cabe
punição prevista na
lei de ética do
advertência até a cassação do
mandato

CONTINUA

23 NOV 2011

GAZETA DO POVO

IMPROBIDADE CONTINUAÇÃO

Defesa quer que processo de vereador corra em sigilo

Advogados dizem que é preciso "salvaguardar a honra" do presidente da Câmara. Promotora diz que não há sentido no pedido

Karlus Kohlbach

Os advogados que representam o presidente licenciado da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), pediram ontem na Justiça que a ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público estadual contra o vereador tramite em segredo. A justificativa é para "salvaguardar a honra e imagem do requerente [Derosso] e da sua família". Os advogados requisitaram ainda que o juiz não aprecie o pedido liminar de afastamento da presidência alegando que houve perda do objeto, já que o vereador pediu afastamento temporário do posto de forma espontânea.

A ação de improbidade foi proposta pelo Ministério Público na semana passada contra Derosso, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes, mulher do vereador, e quatro funcionários da Câmara. Os promotores concluíram que houve direcionamento para beneficiar a empresa Oficina de Notícias na licitação para contrata-

ção de agências de publicidade. A Oficina da Notícia pertence à mulher de Derosso.

Na ação, o MP pede liminarmente o afastamento de Derosso da presidência, o bloqueio de bens dos investigados e a devolução de R\$ 5,9 milhões aos cofres públicos — valor que garantiria o ressarcimento do montante que corresponde ao contrato da Câmara com a Oficina da Notícia (R\$ 5,1 milhões) mais o pagamento de eventual multa em caso de condenação. Os pedidos devem ser analisados ainda nesta semana pelo juiz Jailton Juan Carlos Tontini, da 1.ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial de Curitiba.

Além dos pedidos feitos pelo MP, o magistrado vai decidir sobre o requerimento de Derosso sobre a decretação de sigilo na ação de improbidade. Danielle Gonçalves Thomé, uma das promotoras que assinam a ação, rebateu o argumento dos advogados do vereador. "Eu não vejo razão nenhuma para esta ação de improbidade tramitar em segredo de justiça. Não há dados que são cobertos pelo sigilo, como a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico", afirma Danielle. "Toda a sociedade paranaense, os eleitores, têm o direito de acompanhar o andamento desta ação", completou.

A Constituição Federal determina que "a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem". Em outro artigo, a Cons-

tituição também prevê que "a publicidade só pode ser limitada às partes se for para preservar a intimidade dos interessados e se esse sigilo não prejudicar o interesse público à informação".

O advogado Antônio Figueiredo Basto, que defende Derosso, foi procurado pela Gazeta do Povo para comentar o pedido de decretação de segredo de justiça na ação. Basto, no entanto, não atendeu aos telefonemas e não retornou a ligação até o fechamento desta edição.

CONTINUA

23 NOV 2011

GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO

“Eu não vejo razão nenhuma para esta ação de improbidade tramitar em segredo de justiça. Não há dados que são cobertos pelo sigilo, como a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico.”

Danielle Gonçalves Thomé, promotora.

R\$ 5,9 milhões

é o valor que o Ministério Público pedirá que seja devolvido aos cofres públicos.

ROGÉRIO GALINDO 23 NOV 2011

A estranha apatia do curitibano

O presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso, foi à lona devido a um golpe certeiro do Ministério Público. Ficasse um dia mais no cargo e correria o risco do vexame de ser expulso. Assim, tentou iludir o distinto público fazendo parecer que agia com grandeza: não queria atrapalhar as investigações. Se fosse esse verdadeiramente o caso, teria saído quatro meses atrás.

Derosso foi ficando porque achou que nada aconteceria com ele. As investigações da própria Câmara, onde todos (com raríssimas exceções) são fiéis frequentadores da Sapolândia, tinham tudo para dar em nada. E, aliás, têm todas caído como moscas. A cada dia, arquivam um procedimento, como se o fato de os promotores dizerem que a situação é grave entrasse por um ouvido dos vereadores e saísse por outro.

E o outro fator que poderia ter servido de pressão para que Derosso saísse mais cedo, abreviando a crise na Câmara, simplesmente se manteve apático durante todo o processo. São os curitibanos. Os eleitores da cidade mantiveram-se olímpicamente sentados no sofá enquanto anunciava-se aos quatro ventos que seus tostões estavam voando pelas janelas da Câmara.

Houve um ou outro protesto. Mas, falemos a verdade: participaram apenas militantes ligados ao PT. Povo mesmo, espontaneamente nas ruas? Não se viu. Parecia que o noticiário estava tratando de desvio de dinheiro praticado em Alagoas, na Lituânia ou em Marte. Podia-se imaginar que pelo menos os eleitores do Xaxim ou dos outros bairros que elegeram Derosso ficassem indignados. Que saíssem às ruas dizendo-se traídos. Mas nada.

Os vereadores, vendo que seu ganha-pão estava garantido, começaram a ficar cada vez mais tranquilos. Não se incomodaram em apresentar relatórios patéticos sobre as denúncias; em elogiar os investigados durante as próprias sessões da CPI; ou em mandar para o arquivo as suspeitas antes mesmo que elas fossem apuradas.

O caso do vereador Pastor Valdemir Soares (PRB) é exemplar. Sarrista, não deixava as investidas da oposição lhe preocuparem. Questionado sobre como dormia à noite depois de liderar diariamente o movimento pela engavetamento das ações, deu-se ao luxo de brincar. Disse que dorme tão bem que, se sua mulher não o chama de manhã, ele nem acorda. A vereadora Josete (PT), que cobrava um pouco menos de corporativismo, disse que não adiantava o "olhar 86" (que explicou ser um duplo "olhar 43"...), que ele não iria mudar de ideia. E ainda falou que por isso é o mais votado da Casa.

Alguns poucos vereadores pressionaram Derosso. Ou porque estão na oposição. Ou por-

acharem que há algo de errado por lá. Ou talvez pensando em ficar com os votos daqueles que esperavam uma postura mais combativa de seus representantes. Os outros não parecem ter se incomodado muito com o caso. Ficaram no canto, fingindo que nada daquilo era com eles. E seus eleitores? Alguém viu surgirem reclamações em massa sobre esse comportamento?

O risco que essa passividade dos curitibanos traz é de que a chance de mudar algo na Câmara passe batida. Esse seria o momento de reduzir o clientelismo, o patrimonialismo, de tentar ter uma representação mais decente, aumentara fiscalização. Mas, não. Se o eleitor não ficar mais esperto, trocam-se apenas os nomes. E o esquema continua o mesmo.



23 NOV 2011

COLUNA DOS LEITORES

Derosso 1

Quem não vê que o pedido de afastamento de Derosso da Câmara é pura estratégia. Tem férias pela frente e espera pelo esquecimento do povo, que parece permanecer em um casulo adormecido. A maioria dos vereadores está comprometida com os desmandos da Casa. Dá nojo ver e ouvir as justificativas das barbáries cometidas por eles como se fossem normais e justificáveis.

Ana Maria da Silva Vosniak

Derosso 2

O pedido do afastamento de Derosso é uma manobra que tem dois objetivos: neutralizar possível ação do Ministério Público, já a ação pede o afastamento — quando voltar a ação já estará fora de foco da mídia. E sair de cena durante o recesso, desejando que esqueçam dele um pouco. A CPI não vai apurar nada, ficará esvaziada. Depois ele volta triunfantemente como se nada tivesse acontecido ao cabo dos 90 dias.

Roni Dal Bosco

Derosso 3

O desfecho tem de ser aquele que toda população de bem espera: cassar o mandato de João Cláudio Derosso, bani-lo da vida pública e penalizá-lo pelos delitos cometidos, juntamente com seus pares que foram omissos e coniventes com toda essa falcatrua na Casa. Seria mais um bom exemplo dado pelo nosso Ministério Público e pelos cidadãos indignados do Paraná!

Rui Libretti

Conselho de Ética

Lamentável a decisão do Conselho de Ética da Câmara de Curitiba de arquivar as denúncias contra o presidente da Casa, João Cláudio Derosso. É importante que os eleitores gravem quem são os participantes do conselho que tomaram essa decisão de arquivar o processo, e a que partido pertencem, para não votarem novamente nesses candidatos.

Luiz C. Segantini

GAZETA DO POVO

23 NOV 2011

COLUNA DO LEITOR

Produtividade do TJ

A inspeção do CNJ no Tribunal de Justiça não mudará nada. Afinal, a Justiça trabalha muito com indicações para cargos. É incrível como certos sobrenomes servem para a Justiça. Filhos, netos, bisnetos.

Elias Ubrajara Kasecker Junior

Novo Código Penal

Uma só andorinha não faz verão. Nós cidadãos honestos temos de dar apoio a Eliana Calmon e contar com o apoio da mídia em ações do CNJ. Infelizmente deixamos por muito tempo esses que se acham acima da lei fazerem o que queriam. Para tudo tem um limite. Deveríamos exigir um novo Código Penal, com leis mais severas, para poder punir realmente os corruptos.

Anderson Aparecido

NOTA POLÍTICA

Foz

A Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Foz do Iguaçu apresentou segunda-feira uma ação por improbidade administrativa contra o prefeito da cidade, Paulo MacDonald Ghisi. A denúncia aponta a contratação irregular para a locação de estandes usados na divulgação da cidade durante o desfile de carnaval promovido pela prefeitura de Porto Alegre no ano passado. De acordo com o Ministério Público, o serviço contratado sem licitação custou R\$ 150 mil.

BESSA

"Somos prisioneiros do mercado. O consumidor não tem consciência de que pode lutar contra um mercado que vai impondo produtos e serviços sem que tenhamos necessidade."

Desembargador Rizzatto Nunes, do TJ-SP, sobre publicidade e direito do consumidor, na Conferência Nacional dos Advogados.

ENTRELINHAS

Logística de peso

A XXI Conferência nacional dos Advogados, que acontece em Curitiba até amanhã, não apenas lotou os hotéis — são 7 mil profissionais participando — e movimentou a cidade. Foi preciso montar um esquema de transporte digno de uma cidade nem tão pequena assim. Todos os dias, ônibus ligando os hotéis aos locais de reuniões atendem a 51 diferentes destinos. Realmente, uma logística bem complicada.

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

A capivara e os juizes

BRASILIA – Talvez a capivara perdida e depois capturada perto do Supremo Tribunal Federal tenha sido um sinal para as Excelências ali dentro, sede do Poder mais opaco da República.

Desde a volta do país à democracia, a transparência foi avançando. Hoje, quase tudo se sabe sobre deputados e senadores. De passagens aéreas a salários e vantagens obtidas no dia a dia. No Poder Executivo, o Portal da Transparência mostra uma vasta lista de despesas de cada órgão público.

O mesmo não se pode afirmar do Poder Judiciário. Nesta semana, as coisas pioraram. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, limitou o acesso — já pequeno — a processos disciplinares existentes contra seus pares.

Por um curto período foi possível conhecer as iniciais dos nomes de juizes processados. Agora, eliminou-se essa brecha. Houve uma justificativa legal, é claro. Um artigo da Lei Orgânica da Magistratura Nacional determina que "o processo e o julgamento das representações e reclamações [contra juizes] serão sigilosos, para resguardar a dignidade do magistrado".

Na categoria de iniquidade legal, esse artigo concorre como um dos mais indignos. A lei dos juizes está para ser reformada há anos, mas o Poder Judiciário não se move. O próprio Peluso, ao assumir, comprometeu-se a tratar do tema com vigor. Até agora, nada.

Qualquer cidadão em litígio na Justiça tem exposta de maneira aberta a sua "capivara", jargão policial para folha corrida. Deputados, senadores e ministros são escrutinados todos os dias, com suas fotos e declarações publicadas na mídia.

A proteção indevida que os juizes se autoconcedem não serve só para proteger os incompetentes e os corruptos. Quando essa minoria fica escondida, todos têm a imagem prejudicada. Até a capivara que apareceu ontem no STF sabe disso.

23 NOV 2011

23 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça afasta membro do TCE suspeito de enriquecimento ilícito

Em medida inédita, conselheiro Eduardo Bittencourt deve deixar cargo para não prejudicar investigações

Ex-presidente do órgão nega as acusações; advogado afirma que decisão só poderia ser tomada pelo STJ

UIRÁ MACHADO
DE SÃO PAULO

A Justiça de São Paulo determinou ontem o afastamento de Eduardo Bittencourt Carvalho do cargo de conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) e a indisponibilidade de seus bens.

É a primeira vez que um conselheiro do TCE-SP é afastado por suspeita de enriquecimento ilícito.

A decisão é da juíza Marcia Helena Bosch em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual, que pede a condenação de Bittencourt por improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e lavagem de dinheiro.

Na ação, o Ministério Público afirma que, entre 1995 e 2009, Bittencourt acumulou patrimônio de pelo menos R\$ 50 milhões. Sua renda comprovada no período seria de R\$ 6 milhões.

De acordo com a decisão, Bittencourt deve ser afastado liminarmente para não prejudicar as investigações. O

bloqueio dos bens visa garantir eventual ressarcimento aos cofres públicos.

A assessoria de imprensa do TCE disse que a decisão deve ser cumprida quando o órgão for notificado.

Em sua decisão, a juíza ordenou também o bloqueio dos bens da ex-mulher de Bittencourt, Aparecida, da namorada dele, Jackeline Paula Soares, da empresa agropecuária Pedra do Sol e da offshore Justinian, ambas administradas por ele.

Conselheiro do TCE desde 1990, Bittencourt presidiu o

órgão em 2008, ano em que começaram as investigações sobre seu patrimônio.

A suspeita é que seu enriquecimento teria origem na corrupção, como cobrança de propina em troca da aprovação de contratos públicos.

Segundo a investigação, Bittencourt movimentou recursos em contas nos EUA e em offshores no Caribe.

Além da ação cível, há um inquérito penal no STJ (Superior Tribunal de Justiça), que apura suposto crime de lavagem de dinheiro.

OUTRO LADO

O advogado Paulo Sérgio Santo André, que defende Bittencourt, disse que ainda não havia recebido a decisão, mas que "certamente" iria recorrer ao Tribunal de Justiça.

O conselheiro Bittencourt nega todas as acusações.

Como o processo corre sob segredo de Justiça, o advogado não quis comentar o caso. Disse apenas ter certeza de que a inocência de Bittencourt será comprovada.

Antes da decisão, ele havia sustentado que conselheiros do TCE, por terem foro privilegiado, só podem ser afastados por decisão do STJ.

O QUE PESA CONTRA BITTENCOURT

Decisão de afastá-lo foi tomada em ação que pede sua condenação por

- Enriquecimento ilícito
- Lavagem de dinheiro
- Improbidade administrativa

R\$ 50 mi

foram acumulados por ele entre 1995 e 2009, segundo o Ministério Público. No período, sua renda comprovada é de R\$ 6 mi

23 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

TJ libera linha 5, mas presidente do Metrô fica afastado

Construção de trecho de 11 km poderá ser retomada, mas a Justiça manteve Sérgio Avelleda fora do cargo

**Investigação que
questiona contratos
foi aberta após Folha
revelar que vencedores
já eram conhecidos**

ALENCAR IZIDORO
DE SÃO PAULO

As obras de extensão da linha 5-Ilás do Metrô de SP estão novamente liberadas.

Mas a gestão Geraldo Alckmin (PSDB) terá que manter Sérgio Avelleda afastado da presidência da estatal.

A decisão foi tomada ontem pelo Tribunal de Justiça. Na prática, a construção do trecho de 11 km entre as estações Adolfo Pinheiro e Chácara Klabin será retomada.

O afastamento do presidente do Metrô, porém, é um dos principais revezes do atual mandato de Alckmin, já que Avelleda comanda uma bandeira do tucano: a expansão do metrô na Grande SP.

A investigação que questiona os contratos da linha 5 foi aberta após a **Folha** revelar, em 2010, que os vencedores já eram conhecidos com seis meses de antecedência.

O despacho de ontem do presidente do TJ, José Roberto Bedran, foi resposta a um recurso do Estado. O governo tentava reverter liminar concedida na sexta —após ação movida pela Promotoria.

A juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti havia deter-

minado a suspensão dos contratos da linha 5 —afetando as obras. Ordenava ainda a saída de Avelleda do cargo.

O TJ liberou a construção alegando "evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas". Ele disse que as obras são "indispensáveis" para a melhoria do trânsito e que a suspensão poderia trazer prejuízo para fazer nova licitação, além de multa, indenização e perda de financiamento.

O mérito (sobre suposta formação de cartel) ainda será julgado. Ao suspender a liminar, Bedran disse que Promotoria, Metrô e empreiteiras "irão travar uma longa e complexa batalha judicial".

A linha está hoje em fase de demolição de imóveis. A conclusão da obra é prevista para 2015. O Metrô dizia que pará-la significaria prejuízo de R\$ 85 milhões por mês.

O tribunal manteve Avelleda afastado do cargo por avaliar que isso afeta os interesses dele, e não da sociedade.

Embora a licitação tenha sido feita na gestão José Serra (PSDB), quando Avelleda não era do Metrô, ele responde por dar continuidade aos contratos, sem acatar recomendação da Promotoria.

Estado e Ministério Público pretendem recorrer.

Pelo estatuto do Metrô, enquanto um novo nome não for indicado, quem assume a presidência é José Kalil Neto, diretor de Finanças.

» OUTRO LADO «
**Para Estado,
afastamento é
descabido**

DE SÃO PAULO

O governo do Estado diz que, por "questão de Justiça", "vai apresentar os recursos judiciais apropriados" para restabelecer Sérgio Avelleda à presidência do Metrô.

"O afastamento se mostra totalmente descabido, uma vez que a licitação não foi feita em sua gestão e que a decisão de prosseguir com os contratos, também em função do interesse público, foi tomada por toda a diretoria do Metrô", disse em nota.

O promotor Marcelo Milani também pedirá à Procuradoria Geral de Justiça para que recorra. Além dele, a ação tem participação de Silvío Marques, Marcelo Danelluzzi e Luiz Ambra Neto.

A Promotoria decidiu investigar outros contratos envolvendo Avelleda. Ontem, abriu inquérito para apurar uma contratação de R\$ 10,6 milhões firmada em 2008, quando ele era presidente da CPTM, para manutenção de trilhos da linha 9-esmeralda.

O TCE (Tribunal de Contas do Estado) julgou a contratação irregular (com multa de R\$ 17.450) ao avaliar que a licitação foi restritiva. O caso é investigado pela polícia.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 NOV 2011

CONTRATOS SOB SUSPEITA

Cronologia dos problemas da licitação de obras da linha-5 do Metrô de SP

Abr.2010

Reportagem da Folha tem acesso ao resultado da licitação dos lotes 3 a 8 da linha 5 do metrô. Como prova, a lista de vencedores tem firma reconhecida em cartório e mostrada pelo jornalista Ricardo Feltrin em vídeo gravado e arquivado na época

21.out.2010

Metrô divulga resultado da licitação

26.out.2010

Reportagem da Folha mostra que o resultado da licitação era conhecido seis meses antes do final da concorrência

9.nov.2010

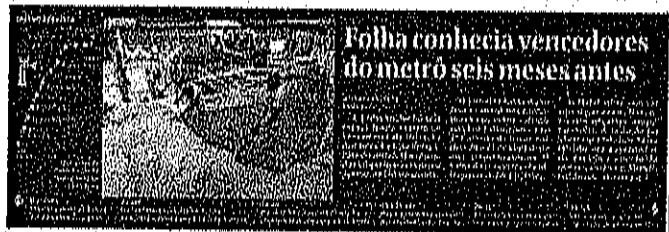
Metrô suspende a licitação por suspeita de fraude

19.mai.2011

Metrô confirma empresas suspeitas como vencedoras

FOLHA DE S. PAULO

Quarta, 19 de Novembro de 2010
R. A. M. JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
METRÔ DE SÃO PAULO: LICITAÇÃO DE OBRAS DA LINHA 5
www.folha.com.br
DIRETORIA GERAL: RUA DO COMÉRCIO, 100 - 10º ANDAR - SÃO PAULO - SP - 01011-900
FONE: (11) 3211-1000 FAX: (11) 3211-1001



5.ago.2011

Perícia pedida pelo Ministério Público, com base no documento original, confirma autenticidade da prova apresentada pela Folha

30.ago.2011

Ministério Público recomenda a anulação do processo licitatório para as obras da linha 5

29.set.2011

Metrô anuncia manter os contratos e as obras para a construção da linha

3.nov.2011

Ministério Público entra com ação pedindo o afastamento do presidente do Metrô, Sérgio Avelleda, além da anulação da concorrência

18.nov.2011

Justiça determina afastamento de Avelleda do Metrô e a suspensão dos contratos

Ontem

Justiça libera obras, mas mantém Avelleda afastado

FOLHA DE S. PAULO

Acusado de massacre do Carandiru assume o comando da Rota

Tenente-coronel indicado pelo governo Alckmin estava em andar onde 78 dos 111 detentos foram assassinados em 1992

Oficial afirma que episódio foi 'resultado do confronto entre detentos e policiais' e que cumpriu seu dever

ANDRÉ CARAMANTE
DE SÃO PAULO

A gestão do governador Geraldo Alckmin (PSDB) nomeou um dos 116 acusados do massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, para comandar a Rota, espécie de tropa de elite da PM de São Paulo.

O tenente-coronel Salvador Modesto Madia, 48, substituirá o coronel reformado Paulo Telhada, que comandou a tropa de maio de 2009 até a sexta passada, quando se aposentou compulsoriamente.

Essa será a terceira passagem de Madia pela Rota — a primeira em que estará no comando de toda a tropa.

As duas primeiras foram de 1986 a 1988 e de 1991 a 1993. Nesta última, participou como tenente da operação que deixou 111 presos mortos no Pavilhão 9 da Casa de Detenção, no Complexo do Carandiru, zona norte da capital.

Madia integrava um grupo de PMs que entrou no 2º andar do rebelado Pavilhão 9. Nesse andar, 78 presos foram assassinados. O grupo de policiais do qual fazia parte o novo comandante da Rota responde por 73 assassinatos.

'AGREGADOR'

Madia já comandou dois batalhões da PM na zona sul e a divisão operacional e do Estado-Maior do Comando de

Policimento de Choque da Capital, que agrega a Rota.

Nascido em Sorocaba, interior do Estado, vai completar 30 anos de PM em janeiro.

Questionado sobre o fato de ter participado do massacre do Carandiru, o tenente-coronel disse que o episódio de 1992 foi "resultado do confronto entre detentos e policiais". "Cumprimos o nosso dever", afirmou à *Folha*.

O oficial disse ainda que seu maior orgulho na PM é trabalhar como "agregador".

CONTINUIDADE

Ao assumir a chefia da Rota, um batalhão com 820 PMs, Madia disse ontem ter a intenção de "dar prosseguimento ao bom trabalho de seu antecessor, Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada", de quem é amigo próximo.

O ex-chefe da tropa tem 33 anos de PM. No período, ele afirma ter matado 36 criminosos que resistiram à prisão.

Telhada usa o bordão "ladrão bom é ladrão morto".

Levantamento publicado ontem pelo jornal "Agora", do Grupo *Folha*, mostra que os casos de "resistência seguida de morte" com PMs da Rota aumentaram 63,16% durante a gestão de Telhada.

O comando da PM diz que o aumento das mortes ocorreu porque a Rota passou a atuar mais, o número de prisões cresceu 150% e, consequentemente, os casos de resistência e morte também.

Agora, Telhada deve seguir carreira política. A Secretaria de Segurança Pública do governo Alckmin afirma desconhecer tal pretensão.

23 NOV 2011

MASSACRE DO CARANDIRU

O que ocorreu em 2 de outubro de 1992

Briga entre presos

Por volta das 11h, o diretor da Casa de Detenção, Ismael Pedrosa é informado por um funcionário sobre uma briga entre presos do pavilhão 9

O coronel Ubiratan Guimarães reúne-se com comandantes da PM, Pedrosa e dois juizes para avaliar a situação

Autorização

Guimarães fala com o então secretário da Segurança, Pedro Franco de Campos, e recebe autorização para invadir o pavilhão, caso julgasse necessário

Entrada

Às 16h30, a PM inicia a tomada do pavilhão 9

Presos jogam estiletes e facas para fora, demonstrando que ofereceriam resistência

Após a tomada do térreo, os PMs partem para andares superiores. Há disparos

Alguns detentos chegam a se jogar sobre os corpos que estavam no chão, fingindo-se de mortos para sobreviver

Ao final da ação, 111 presos estão mortos

23 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

STJ

O que podemos esperar de órgãos judiciais superiores quando a nomeação de um novo membro é precedida por lobbies das mais diferentes espécies, entre as quais a mais funesta e vergonhosa, a influência de políticos ("Presidente do STJ faz lobby por candidatura de cunhada", **Poder**, ontem)? Haverá isenção do ministro quando tiver de decidir assuntos de interesse dos lobistas que o indicaram?

SEBASTIÃO FELICIANO (Taubaté, SP)

METRO

Violência 23 NOV 2011

contra mulher

- ◊ Meninas com idade entre 12 e 18 anos são as maiores vítimas de violência sexual, segundo dados do IML
- ◊ Mulheres adultas sofrem mais lesões corporais

Meninas de 12 a 18 anos são principais vítimas de violência sexual

- ◊ Dados divulgados pelo IML mostram ainda que mulheres com idade entre 19 e 50 anos são o principal alvo de lesão corporal em Curitiba

Levantamento do IML com base em exames solicitados pela polícia mostra que as adolescentes, entre 12 e 18 anos de idade, são as principais vítimas de violência sexual em Curitiba. Já as mulheres entre 19 e 50 anos de idade são os maiores alvos de lesão corporal. E os números de exames vêm aumentando.

Dados divulgados ontem apontam que, nesta faixa etária, houve aumento de 38% nos exames de conjunção carnal (relação sexual com penetração na vagina) entre janeiro e outubro deste ano e o mesmo período de 2010. Os exames de ato libidinoso (que implicam em contato sexual sem penetração vaginal) subiram 39%. Já os de lesão corporal, cresceram 9%.

O segundo maior alvo dos violentadores são as crianças até 11 anos. Se somadas com as de 12 a 18 anos, o grupo representa

80% de todos os exames de conjunção carnal e 79,6% dos de ato libidinoso feitos pelo IML em pessoas do sexo feminino até outubro deste ano.

As mulheres entre 19 e 50 anos totalizam 73% dos casos de lesão corporal.

"Se pensarmos que, entre dar queixa e ir ao IML, grande parte desiste ou se arrepende por insegurança, na realidade este número é muito maior. Sem contar nos casos que as mulheres nem chegam a prestar queixa por medo. Sabemos que esse é um problema social muito sério", afirma a presidente da Associação dos Médicos Legistas do Paraná, Maria Leticia Fagundes.



CAMILA CASTRO
METRO CURITIBA

Números

Na comparação feita entre janeiro e outubro deste ano e o mesmo período de 2010, subiu a quantidade de exames feitos pelo IML em todas as faixas etárias:

Conjunção carnal

Aumentaram 9% e chegaram a 371. Desses, 42% foram em crianças até 11 anos e 38% em adolescentes de 12 a 18

Ato libidinoso

Subiram 14%. São 365 este ano, sendo 43,8% em meninas de até 11 anos e 35,8% em adolescentes entre 12 e 18 anos

23 NOV 2011

METRO

Começa julgamento pelo caso Maeda

Na tarde de ontem, o Tribunal do Júri começou a ouvir os dois dos três acusados de matar a jovem Louise Maeda, em maio deste ano. Trinta testemunhas, de acusação e defesa, também começaram a ser ouvidas.

A terceira acusada, Fabiana Perpétua de Oliveira, pediu para fazer exames de sanidade mental e com isso o processo acabou sendo desmembrado.

De acordo com a acusação do Ministério Público, Fabiana, Elvis de Souza e Márcia do Nascimento mataram Louise Maeda para que a vítima não denunciasse desvios que realizavam em uma iogurteria no shopping Mueller.

● METRO CURITIBA

TRIBUNA DO PARANÁ

Ouvidas testemunhas

do caso Louise Maeda

23 NOV 2011

Débora Rodrigues

A audiência que vai definir se vão a júri popular os suspeitos de matar Louise Sayuri Maeda começou ontem, por volta das 13h e durou até o início da madrugada de hoje. A juíza Cristine Lopes ouviu o depoimento de 32 testemunhas de defesa e acusação e deve definir hoje prazo para as alegações finais dos advogados e promotores ou se os réus vão à júri popular.

Sanidade

A juíza também ouviu os depoimentos dos réus Márcia de

Nascimento, 21 anos, e Elvis de Souza, 20 anos. Eles são acusados de homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver. A terceira ré, Fabiana Perpétua de Oliveira, 20 anos, não foi ouvida, porque os advogados solicitaram exame de sanidade mental e o processo foi desmembrado. Louise Maeda foi morta com dois tiros em 31 de maio, em uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na Rua Nicola Pellanda, Campo do Santana e o corpo foi jogado na água. Ela era gerente de uma lanchonete, no Shopping Mueller, em que trabalhavam Márcia e Fabiana.

Vai a júri acusado de matar empresária

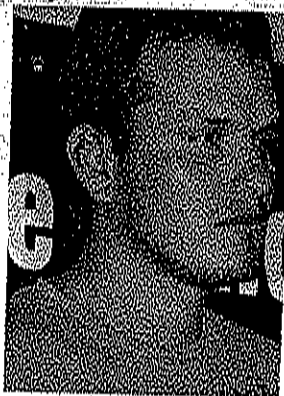
Começa às 9h de hoje, no Fórum Campo Largo, o julgamento de Jair Antônio Fernandes, 26 anos, acusado de assassinar a empresária Eonides Terezinha Ferreira, em 22 de março de 2009, em Balsa Nova. O assassino é acusado de homicídio qualificado, estupro e ocultação de cadáver.

De acordo Isaac Ramos Ferreira, viúvo da vítima, a expectativa é que o assassino receba a pena máxima de 30 anos de prisão. "As provas materiais são bem consistentes, no inquérito feito pela delegada Vanessa Alice, do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) e houve a confissão do crime". Segundo a promotoria, a previsão é que o criminoso seja condenado hoje.

Trilha

No dia anterior ao crime, Eonides tinha reunido família para comemorar a aquisição de uma chácara, comprada duas semanas antes. No domingo, dia 22, por volta das 10h, ela aproveitou o tempo bom para passear com o cachorro pelos arredores.

De acordo com a investigação, Eonides perguntou a Jair qual o melhor caminho para voltar à chácara. "Por um mi-



Jair confessou crime.

nuto de bobeira resolvi abusar dela e deu no que deu", explicou o assassino, logo após a sua prisão. "Ele contou que deu um soco no rosto da mulher, em seguida a feriu com uma machadada, deixando-a inconsciente. Depois de cometer a violência sexual, ele a matou", relatou a delegada Vanessa Alice, na época.

No começo das investigações, além de outros indícios, foi determinante para que a suspeita se confirmasse, a reação do cachorro da vítima, que avançou em Jair. "Nesse instante tivemos a certeza de que ele estava envolvido no crime", contou a delegada.

23 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Oposição age contra tarifaço

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa (Alep) protocolou ontem duas representações contra o tarifaço do governo Beto Richa (PSDB) nas taxas do Detran (Departamento Estadual de Trânsito). Os deputados vão ingressar com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) à Lei Estadual nº 16.943/2011 no Tribunal de Justiça do Paraná, além de uma representação ao Ministério Público Estadual.

Na Adin, a inconstitucionalidade da lei é fundamentada no artigo 129 da Constituição Estadual, segundo a qual taxa é um tributo que deve ser instituído com o fim exclusivo de custear o próprio serviço. "A justificativa do governo é que o lucro proveniente do reajuste abusivo das taxas será destinado para outras áreas, como a segurança pública. Ocorre que a Constituição diz que taxa é um tributo que deve ser utilizado apenas com a finalidade de custear o próprio serviço, exatamente o contrário do que o governo Richa está fazendo", explicou Verri, líder da oposição na Alep.

Os parlamentares também irão solicitar ao desembargador Miguel Kfourl Neto, presidente do TJ/PR, a suspensão da aplicação da lei até o julgamento do mérito. "Pedimos ao TJ que se manifeste, por meio de limitar, antes que as taxas comecem a ser cobradas, em fevereiro do ano que vem", disse o deputado Enio Verri.

23 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Crimes sexuais

Dados levantados pela Associação dos Médicos Legistas do Paraná revelam que houve aumento de quase 10% no número de exames de conjunção carnal, no Instituto Médico-Legal (IML), na comparação com o ano passado. Os maiores alvos da violência sexual, segundo a pesquisa, são meninas entre 12 e 18 anos. Já nos exames de ato libidinoso, o acréscimo foi de 39% na mesma amostragem. Os casos de lesão corporal mantiveram-se no mesmo patamar.

Outra informação revelada nas estatísticas da associação é que, além das meninas entre 12 e 18 anos, o segundo alvo preferencial dos violentadores são as crianças até 11 anos. Juntas, essas duas faixas etárias totalizam 80% de todos os exames de conjunção carnal. A Secretaria de Segurança Pública esclarece que os dados são de responsabilidade da Associação e não foram divulgados oficialmente pelo IML.

TRIBUNA DO PARANÁ

Pizza 23 NOV 2011

Arquivamento

Duas das três denúncias contra Derosso já foram
desconsideradas pelo Conselho de Ética da Câmara

Ana Carolina Bondlin

Com o pedido de afastamento de João Cláudio Derosso (PSDB) da presidência da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), protocolado segunda-feira, o Conselho de Ética da Casa decidiu arquivar duas, das três representações que tramitavam contra o vereador. A terceira deve ser analisada hoje, podendo também ser arquivada. No entanto, as denúncias de improbidade administrativa continuam sendo investigadas na Câmara pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada exclusivamente para isso.

A primeira das representações que tramitavam no Conselho de Ética tinha como objeto as irregularidades nos contratos das agências de publicidade contratadas para prestação de serviços para a Câmara e pediu o afastamento de Derosso da presidência da casa por 90 dias.

De acordo com a vereadora Noêmia Rocha (PMDB), integrante do Conselho, o fato do vereador ter pedido o licenciamento por conta própria foi o argumento utilizado por Pastor Valdemir Soares (PRB) e Dirceu Moreira (PSL) para votar a favor do arquivamento. "Na minha opinião, não dava para embasar a nossa decisão nesse argumento, mas foi isso que eles alegaram", comenta Noêmia. A vereadora foi a única integrante do Conselho a votar contra o arquivamento desta representação e também de outra, que tratava sobre a impressão e a distribuição do jornal "Câmara em Ação".

Nesse segundo caso, de acordo com a parlamentar, o argumento usado pelos demais integrantes do Conselho para votar a favor do arquivamento foi de que a diligência realiza-

da em uma das cinco gráficas foi suficiente para mostrar que não havia irregularidades.

Todos os cinco membros do Conselho - Jorge Yamawaki (PSDB) e Francisco Garcez (PSDB), além de Noêmia, Soares e Moreira participaram da votação nesta segunda representação, havendo apenas uma abstenção, de Garcez, e um voto contrário, de Noêmia. "Para mim, a investigação deveria continuar, pois somente uma gráfica foi investigada e não houve diligências nas outras quatro, mas novamente foi voto vencido", avalia a vereadora.

Nepotismo

A terceira representação trata do caso de nepotismo cruzado, com a nomeação da irmã de Claudia Queiroz Guedes e, portanto, cunhada de Derosso, Renata Queiroz, para um cargo comissionado na Câmara. O caso deve ser discutido hoje por três membros do Conselho - Noêmia, Soares e Moreira - mas a vereadora acredita que este processo também pode ser arquivado. Com o fechamento das representações, as denúncias deixam de ser investigadas pelo grupo, passando a ser alvo somente da CPI.

A bancada de oposição (PT, PV e PMDB) repudiou o arquivamento das representações.

23 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

A farsa do Derosso

Até que enfim, o vereador João Claudio Derosso se afastou da presidência da Câmara Municipal de Curitiba. Ainda que seja por um período curto de 90 dias, a medida constitui uma pequena satisfação à opinião pública. É bem verdade que ele só pediu para sair por conta da pressão que sofreu do Ministério Público. O curioso desse processo é que, em meio às questões do Legislativo, ele criou um fato estranho: Derosso licenciou-se do PSDB. A artimanha é uma excrecência jurídica, uma vez que a tal "licença" não está prevista na legislação. Em outros termos: ou o cidadão é filiado ou não. Nesse sentido, é correto afirmar que o parlamentar só não agiu corretamente, de deixar a legenda, porque isso inviabilizaria a sua candidatura à reeleição. Esse "afastamento partidário", ademais, e em verdade, deu-se para evitar que as denúncias que o fragilizam viessem a contaminar o ninho tucano e seus filiados, o que ocasionaria graves prejuízos para o pleito de 2012. Certamente Derosso foi coagido pela direção partidária, em especial pelo governador Beto Richa. O João Claudio se desgastou tanto que seu companheiros querem vê-lo bem distante.



Dificuldades

João Claudio Derosso, pela primeira vez, enfrentará uma campanha eleitoral complicada. Como vai fixar-se nos olhares desconfiados de seus eleitores? Como justificará o fato de ter dado dinheiro do povo para encher os bolsos de sua atual consorte?

Última

Ainda que o PSDB indique o vice de Luciano Ducci na chapa à prefeitura da capital, o "caso Derosso" não vai respingar negativamente nas pretensões do atual prefeito. A única ressalva a ser feita é a hipótese de Ducci, numa tropicada, tentar defender os desatinos do presidente licenciado da Câmara. Se o fizer, vai levar um sorvetão na testa.

O erro

Somente a certeza da impunidade permite a um homem público agir dessa forma. O presidente da Câmara, quando firmou contrato de publicidade e distribuiu importâncias milionárias através da empresa de sua atual companheira, supunha que o fato não seria sequer notado. Derosso comportou-se com um inexperiente apaixonado.

Contrários

A exceção de sua mulher, Cláudia Queiroz, a conduta de Derosso é recriminada por todos os membros de sua família. O mais incomodado é o seu pai, ex-vereador curitibano, que cedeu-lhe o lugar na vida pública. O velho João, aliás, no exercício do cargo, notabilizou-se por atender incansavelmente os seus eleitores e, sobretudo, pelo seu padrão ético. Nunca levantou-se nada que desmerecesse a sua notável atuação na Câmara Municipal.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário 23 NOV 2011

Doação de terreno

O diretor do Fórum da comarca de União da Vitória julz Carlos Eduardo Mattioli Kockanny recebeu na última quinta-feira (17), em nome do Tribunal de Justiça do Paraná, a doação de um terreno da prefeitura da cidade, para a construção de um novo Fórum. O ato de assinatura da escritura ocorreu no gabinete do prefeito. O julz disse que atualmente tramitam na comarca aproximadamente 30 mil processos e que somente com um local adequado e uma estrutura completa a comunidade poderá ter as suas questões judiciais solucionadas. Além disso, ressaltou que desde o primeiro contato, a presidência do TJ se mostrou favorável ao recebimento do terreno. "Isso demonstra a atenção que o presidente tem dado à Justiça de 1º grau, em especial com a comarca de União da Vitória", afirmou o magistrado. O terreno doado está localizado na área central de União da Vitória, possui uma área de oito mil metros quadrados e pertence à Rede Ferroviária. No mesmo espaço será erguida a estrutura para abrir a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Associação Comercial e Empresarial de União da Vitória (Aceuv), formando assim um Centro Cívico.

Novas varas

Será no dia 12 de dezembro, às 17h, a solenidade alusiva às instalações da 2ª Vara Criminal e da Vara da Infância e Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Regional de Almirante Tamandaré da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Anteprojetos

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, encaminhou no último dia (16) à Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que eleva a comarca de Jandaia do Sul à entrância intermediária e outro que cria a Vara da Fazenda Pública no Foro Regional de São José dos Pinhais. Com a proposta, o Julzo Único de Jandaia do Sul será desmembrado em duas Varas distintas, ou seja, a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família. "Com uma população de mais de 50 mil habitantes Jandaia do Sul é um importante polo regional, principalmente para a região do Vale do Ivaí, com grande expressão no comércio, indústria e alto índice de crescimento. A mudança de entrância vai oferecer à população da cidade e da região serviços judiciais mais céleres e eficientes", disse o presidente. O anteprojeto para o Foro Regional de São José dos Pinhais propõe a criação da Vara da Fazenda Pública e de um cargo de julz de Direito de entrância final. Com isso, haverá condições de racionalizar e redistribuir o volume de serviços existentes nas Varas Cíveis daquele Foro.

Designação

O Julz de Direito Substituto em Segundo Grau Marco Antonio Antonassi foi designado para substituir o desembargador Celso Jair Malnardi junto à 14ª Câmara Cível, a partir de 17 de novembro, durante o afastamento deste.

Plantão Judiciário

Os Julzes de Direito Patrícia de Fúcio Lages de Lima (1º grau) e Victor Martim Batschke (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 21/11/2011 a 28/11/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONCILIAÇÃO 23 NOV 2011

Justiça Federal promove regularização do FGTS

Multirão irá regularizar empresas que deixaram de recolher benefício

Segunda (21) foi o primeiro dia do Multirão de Conciliação envolvendo processos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que termina hoje. As audiências da Justiça Federal ocorrem no auditório do Tribunal Regional Federal da 4 Região (TRF4). Estão pautados 90 processos de Porto Alegre.

As ações envolvem empresas que em algum momento deixaram de recolher o FGTS de seus funcionários e por isso ficaram inscritas em dívida ativa com a União. Na conciliação, elas buscam o pagamento desse débito com a Caixa Econômica Federal (CEF), que é a gestora desse benefício, e consequentemente a regularização com a Justiça. Para o gerente da Caixa, Leo Eraldo Paludo, "além de suspender o rito processual desonerando a Justiça e a CEF, a grande vantagem do acordo é que sendo paga a dívida do empregador, o trabalhador também resgata o FGTS".

Rudi Cláudio Kilpp, é sócio-

proprietário de um restaurante de Porto Alegre e teve seu processo indicado pela CEF para o multirão de conciliação. Ele foi um dos primeiros a ser atendido, fechou acordo e ficou satisfeito com o resultado da negociação: "Em uma época difícil, nossa empresa acabou ficando com esse débito. Se eu tivesse que desembolsar todo o valor agora, eu continuaria devendo, mas com a oportunidade de conciliar e com a facilidade de um prazo maior, eu posso resolver minha situação com a Justiça e principalmente com meus funcionários", comemora.

Conforme o juiz federal Hermes Siedler da Conceição Jr, coordenador-regional adjunto do Cejuscon, este é o segundo multirão envolvendo FGTS e empresas e a expectativa é de 100% de acordo. "A conciliação não é apenas a forma mais rápida de resolver um processo, mas também a maneira mais justa e mais eficaz em realizar a pacificação social", ressalta.

23 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reparação por dano moral é transmissível aos herdeiros

Ainda que o direito moral seja personalíssimo – e por isso intransmissível –, o direito de ação para buscar a indenização pela violação moral transmite-se com o falecimento do titular do direito. Portanto os seus herdeiros têm legitimidade ativa para buscar a reparação. No caso, os herdeiros de um juiz de direito pleiteavam a habilitação na ação de indenização proposta por ele, ação que a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou precedente.

A ação de indenização foi ajuizada pelo juiz de direito após ter sido alvo de “graves ofensas” contidas em representação apresentada por uma empresa ao Ministério Público de São Paulo – resultando na determinação de abertura de procedimento penal pela Polícia Civil. As ofensas ao magistrado foram feitas após sentença condenatória desfavorável à empresa.

O pedido de reparação foi julgado precedente pelo juiz de primeiro grau. Depois do falecimento do juiz, os herdeiros requereram habilitação para figurar em seu lugar, no polo ativo da ação, pedido deferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

A habilitação foi, entretanto, impugnada pela empresa, sob a alegação de que, por causa do caráter personalíssimo do direito moral, a transmissão da ação indenizatória aos herdeiros seria impossível.

Direito de ação

Porém, para a ministra relatora, Nancy Andrighi, o direito à indenização por violação moral

transmite-se com o falecimento do titular do direito, ou seja, tanto os herdeiros quanto o espólio têm legitimidade ativa para ajuizar ação de reparação por danos morais. “O direito que se sucede é o de ação, de caráter patrimonial, e não o direito moral em si, personalíssimo por natureza e, portanto, intransmissível”, explicou a ministra.

Em outro ponto analisado no recurso, a empresa pedia a aplicação analógica do artigo 142 do Código Penal – que afirma não haver injúria ou difamação punível nas ofensas feitas em juízo (na discussão da causa) pelas partes ou procuradores.

No entanto, de acordo com a relatora, essa “excludente de antijuricidade pressupõe a existência de uma relação jurídica processual”, ou seja, a ofensa deve ter sido lançada em juízo, em momento de debate entre as partes, situação na qual “o legislador admitiu a exaltação de ânimos”. Além disso, o dispositivo não diz respeito às ofensas dirigidas ao juiz, uma vez que ele não é parte no processo.

Já o valor da indenização, alegado excessivo pela empresa, foi reduzido pela ministra Nancy Andrighi. Segundo ela, é evidente o exagero na fixação da indenização (correspondente a 15 meses de subsídios do juiz, valor que hoje superaria os R\$ 300 mil), “tendo em vista que, para situações inegavelmente mais graves, como aquelas envolvendo a morte de um ente querido ou a existência de sequelas físicas”, o STJ não chega a valores tão altos. Dessa forma, a reparação por danos morais foi fixada em R\$ 200 mil.

Gerente demitido não consegue indenização

A confiança é elemento indispensável para a continuidade da relação de emprego, principalmente nos casos em que o trabalhador é gerente de banco. O comentário foi feito durante julgamento da 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que rejeitou Agravo de Instrumento interposto por um gerente de contas do Banco do Brasil. Ele foi demitido por justa causa. Entrou na Justiça para tentar reverter a justa causa e receber indenização por dano moral por ter sido apontado como autor de fraudes.

A decisão do TST em nada muda o posicionamento das instâncias inferiores. A 1ª Turma concluiu pelo enquadramento do caso na hipótese do artigo 482, alínea “b”, da CLT, que fala na existência da justa causa no caso de mau procedimento. De acordo com o colegiado, o dano moral não se verificou, pois o gerente não conseguiu demonstrar conduta censurável por parte do banco capaz de representar ofensa à sua honra e dignidade.

O trabalhador chegou ao banco como menor auxiliar de serviços até chegar a gerente de contas. Em 2005, foi afastado de suas funções, em virtude do inquérito administrativo instaurado pelo banco.

De acordo com o Banco do Brasil, o trabalhador cometeu “falta gravíssima”, caracterizada como fraude, ao utilizar-se de recursos de linha de investimento do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger), para fins diversos do estabelecido no contrato, valendo-se do cargo em proveito próprio e para beneficiar terceiros e descumprindo as normas internas e o código de ética da empresa.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Direitos da Criança e Adolescente são temas de Conferência

23 NOV 2011

Foi realizada no dia 10 de novembro, no Centro Cultural Wanda dos Santos Mallmann, a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. Organizado pela Secretaria de Assistência Social, o evento teve por finalidade proporcionar uma reflexão no âmbito municipal acerca do reconhecimento, valorização, promoção e ampliação da participação da sociedade civil e no controle social e no apoio institucional para a consolidação da prioridade absoluta à criança e adolescente. Durante a abertura o Prefeito Luizão Goulart destacou a participação e o interesse dos jovens do município na conferência. "Vocês são privilegiados por terem esta oportunidade de participar e discutir ações voltadas para os jovens do município. Espero que aproveitem este momento para discutir e sugerir o que for de melhor para as crianças e os adolescentes de Pinhais", enfatizou. A Secretária de Assistência Social Márcia Ferreira, aproveitou para falar das ações desenvolvidas no município voltadas para as crianças e os adolescentes, que segundo ela, são prioridades da administração pública. Por meio de programas como o Projovem Trabalhador e Adolescente, Erradicação do Trabalho Infantil, cursos de capacitação, entre outras ações foi possível acolher crianças e adolescentes que possivelmente ficariam expostas a situações de risco.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ investiga evolução patrimonial de 62 magistrados 23 NOV 2011

A Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, informou, nesta segunda-feira (21/11) em Belém (Pará), durante entrevista que investiga a evolução patrimonial de 62 magistrados que não apresentaram declaração de renda nos últimos anos ou foram denunciados. Nesse trabalho, a Corregedoria Nacional conta com o apoio da Receita Federal do Brasil, da controladoria-Geral da União e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Embora tenha ressaltado seu "dever constitucional" de investigar magistrados suspeitos, a ministra Eliana Calmon explicou que a iniciativa não quer dizer que os 62 investigados sejam culpados. Ela lembrou que os magistrados muitas vezes são acusados pela parte - que perde a ação como forma de vingança. "Estou me

aprofundando no exame dos processos", disse.

A ministra reafirmou existir corrupção no Judiciário, mas em grau muito pequeno porque, em sua opinião, a maioria dos magistrados trabalha honestamente. De acordo com ela, existem desvios no Judiciário da mesma forma que em todos os segmentos da sociedade. Por isso, é necessário o controle, explicou.

Conciliação

A corregedora participou, em Belém, da solenidade de entrega de cartas de liberação de hipoteca para mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A entrega fez parte do resultado dos mutirões de conciliação realizados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, TRF 1, que permitiram a formalização de acordos em pro-

cessos nos quais figuravam vários mutuários, de um lado, e a Caixa Econômica Federal e a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), de outro - referentes a pendências com o SFH.

Desde janeiro, a Corregedoria Nacional de Justiça tem estimulado e coordenado a realização de mutirões de conciliação nos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) referentes a processos sobre o SFH. Tais mutirões têm promovido audiências e a formalização de acordos diversos, com o acompanhamento de equipes da corregedoria. O objetivo é renegociar essas dívidas na presença de um juiz conciliador e, assim, contribuir para tornar o Judiciário mais célere por meio da redução do estoque deste tipo de processo que tramita nos tribunais brasileiros.

Perdão de débito fiscal deve considerar dívida completa da empresa

O juiz não pode pronunciar, de ofício, o perdão (remissão) de débito fiscal inferior a R\$ 10 mil, com base na Lei nº 11941/2009, sem investigar se existem outras dívidas do devedor na Fazenda Nacional que ultrapassem esse valor. Com esse entendimento, a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso de revista da União contra decisão Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e determinou a continuação da cobrança do débito da VIGSEG Vigilância e Segurança Ltda., que tinha 50 inscrições na dívida ativa da União.

Segundo o artigo 14 da Lei nº 11941/2009, são perdoados os débitos com a Fazenda Nacional vencidos há mais de cinco anos e que não ultrapassem R\$ 10 mil. No entanto, de acordo com o ministro Maurício Godinho

Delgado, relator do processo na Sexta Turma, não deve ser analisado o valor por execução fiscal isolada, mas sim todo o débito do devedor com a União e dentro de grupos específicos determinados nesse artigo.

O parágrafo primeiro do artigo 14 dispõe que o limite de R\$ 10 mil deve ser considerado por "sujeito passivo" e, separadamente, de acordo com alguns itens. Ao suspender originalmente a cobrança do débito da VIGSEG, no valor de R\$ 4,6 mil e referente a multa por ausência de depósitos do FGTS, a Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia (GO) utilizou o inciso II do artigo: "aos demais débitos inscritos em Dívida Ativa da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional".

O TRT-GO manteve a decisão de primeiro grau, ao julgar recurso

da União, por entender que ela "não comprovou que todos os débitos são de mesma natureza, ou seja, oriundos de multas impostas por infração à legislação trabalhista, ônus que lhe competia por se tratar de fato impeditivo à concessão da remissão".

Não foi esse, no entanto, o entendimento do ministro Maurício Godinho, ao analisar novo recurso da União na Sexta Turma do TST. Para o ministro, cabe ao devedor provar que se enquadra nos requisitos para a outorga da vantagem jurídica da remissão da dívida. A empresa, porém, não demonstrou na instância ordinária, a quem cabe examinar a matéria fática, o atendimento dos requisitos estritos da lei. Assim, o relator concluiu que "não cabe entender ao devedor executado a excepcional vantagem da remissão".

O ESTADO DE S. PAULO 23 NOV 2011

Justiça afasta conselheiro do TCE sob suspeita

Decisão também bloqueia bens de Eduardo Bittencourt no Brasil e no exterior; ele teria patrimônio incompatível com seus ganhos

**Fausto Macedo
Marcelo Godoy**

A Justiça determinou ontem o afastamento imediato de Eduardo Bittencourt Carvalho do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). A decisão inédita torna ainda indisponíveis os bens de Bittencourt e bloqueia recursos que ele teria em contas bancárias no Brasil e no exterior. A defesa do conselheiro informou que vai recorrer, pedindo a cassação da liminar.

"A decisão da Justiça é o reconhecimento da seriedade e legitimidade do trabalho realizado pela minha equipe. A prova é muito forte", disse o procurador-geral de Justiça, Fernando Grella Vieira. Proposta pela Procuradoria-Geral de Justiça, a ação contra Bittencourt o acusa de improbidade administrativa. O valor da causa é de R\$ 750 milhões e pede a perda do cargo, a suspensão dos direitos políticos por dez anos e multa de até cem vezes o valor de seu contracheque.

O conselheiro teria amealhado um patrimônio incompatível com seus rendimentos de ex-deputado estadual – aposentadoria de R\$ 3.768,78 – e como conselheiro do tribunal – R\$ 16.045,10 por mês. De 1995 a 2009, seu patrimônio teria crescido 414%. Exemplo disso é uma fazenda avaliada em R\$ 50 milhões, adquirida em Mato Grosso. Ele também teria movimentado milhões em contas bancárias no ex-

terior. O MPE suspeita que a origem desses patrimônios seja a corrupção – um inquérito no Superior Tribunal de Justiça apura o crime de lavagem de dinheiro.

Bittencourt começou sua carreira no funcionalismo público em 1966, trabalhando no Palácio dos Bandeirantes durante o governo de Adhemar de Barros. Em 1982, foi eleito pela primeira vez deputado estadual e permaneceu na Assembleia Legislativa de São Paulo até ser nomeado em 1990 para o TCE pelo então governador Orestes Quércia. Ele já ocupou três vezes o cargo de presidente do tribunal.

Desmandos. No TCE ele é acusado de uma série de desmandos. Em sua decisão, a juíza Márcia Helena Bosch, da 1.ª Vara da Fazenda Pública, foi contundente ao justificar na liminar a necessidade de afastar Bittencourt. "Diante das informações constantes desta denúncia, como por exemplo o fato de o requerido Eduardo (Bittencourt) ter mantido por dez anos consecutivos seus cinco filhos como seus assistentes, todos nomeados para prestar serviços no seu próprio gabinete, não há dúvidas de que ele faz do Tribunal de Contas um pedaço da sua própria casa, usando o poder que tem para satisfazer também interesses próprios."

Para a magistrada, a saída de Bittencourt é necessária para que as pessoas que convivem com ele no tribunal tenham "a isenção e o destemor necessários para depor, para falar a verda-

de, sem a influência do requerido e sem medo de qualquer represália por parte dele naquela Corte".

Durante o inquérito civil, uma das filhas do conselheiro – Cláudia Bittencourt Mastrobuono – prestou depoimento e acusou o pai. Disse que ela e os irmãos foram nomeados para cargos em comissão no tribunal sem nunca terem trabalhado ali. Confirmou a suspeita de que o pai teria colocado parte do patrimônio no nome de uma amante, Jackeline Paula Soares.

Foi na ação de divórcio de Bittencourt e de Aparecida que surgiram os primeiros documentos que mostrariam a incompatibilidade do patrimônio do conselheiro com seus rendimentos. Os documentos foram juntados no processo pela ex-mulher de Bittencourt, Aparecida, que conseguiu obter R\$ 5 milhões do conselheiro.

Na ação proposta pelo Ministério Público, além de Bittencourt, sua ex-mulher, duas empresas que pertenceriam ao conselheiro e sua suposta amante, Jackeline, tiveram seus bens bloqueados pela Justiça no Brasil e no exterior.

CONTINUA

23 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Defesa afirma que sentença de juíza é "precipitada"

● O criminalista Tales Castelo Branco, que defende o conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, afirmou ontem entender que a decisão da juíza Márcia Helena Bosch é "manifestamente precipitada", pois foi tomada antes de se ouvir a defesa. Após a representação do Ministério Público Estadual, a defesa do conselheiro tem direito a apresentar uma

espécie de defesa prévia – o que deve ocorrer agora. "Em primeiro lugar, não tive acesso à decisão da magistrada", disse Castelo Branco. Para ele, a juíza devia, antes de decidir sobre a concessão da liminar pedida pelo MPE, "ouvir os argumentos da parte contrária (defesa), o que não ocorreu". "Isso me parece grave", concluiu. O criminalista afirmou acreditar que a decisão será revertida pelo Tribunal de Justiça. Ele afirmou que vai entrar com o recurso e informou que seu cliente vai tirar férias do tribunal. / F.M. e M.O.



Histórico. Indicado ao TCE por Orestes Quércia, Bittencourt foi 3 vezes presidente do tribunal.

23 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça libera obra, mas mantém saída de diretor do Metrô

TJ acata argumento da estatal de que paralisação da obra da Linha 5-Lilás, pedida pela Promotoria, traz prejuízo aos cofres públicos

Bruno Ribeiro
Marcelo Godoy

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Roberto Bedran, aceitou recurso do governo do Estado e permitiu que a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) continue as obras de prolongamento da Linha 5-Lilás, que vai ligar o Largo 13 de Maio à Chácara Klabin, na zona sul. Mas Bedran manteve o afastamento do presidente do Metrô, Sergio Avelleda, que deixou o cargo ontem.

A juíza Simone Casoretti, da 9.ª Vara da Fazenda Pública, havia ordenado, na sexta-feira, que as obras fossem paralisadas e Avelleda fosse destituído, atendendo pedido do Ministério Público Estadual (MPE). A Procuradoria-Geral do Estado recorreu da decisão, com um pedido de suspensão de liminar – instrumento jurídico que só pode ser analisado pelo Presidente do Tribunal de Justiça (TJ).

O presidente do TJ concordou com o argumento da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos ao alegar que a paralisação da obra traria prejuízo “à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”. No texto, o governo lista uma série de benefícios que a obra trará, desde o ganho de tempo de viagem para os moradores da zona sul até a redução nos índices de poluição e de acidentes de trânsito decorrentes do uso desse transporte público. Na sentença, entretanto, Bedran afirmou que a saída de Avelleda não traria prejuízo nenhum à cidade e, por isso, manteve o afastamento.

Ordem. O secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, foi notificado sobre o afastamento de Avelleda ontem e ordenou que ele deixasse o cargo na parte da tarde. O diretor financeiro do Metrô, José Kallil Neto, assumiu o posto.

O MPE sustenta que a forma como a licitação foi feita trouxe um prejuízo de R\$ 327 milhões ao contribuinte paulista por criar barreiras que, na prática, impediram a vitória de propostas com os preços mais baixos. Além disso, ainda segundo o MPE, houve conluio entre as empresas para determinar qual grupo venceria cada lote do projeto.

Nota enviada pelo Metrô, e assinada pela Procuradoria-Geral do Estado, diz que “por uma questão de justiça, o governo vai apresentar os recursos judiciais apropriados para restabelecer Sergio Avelleda ao cargo”. “O afastamento de Avelleda se mostra totalmente descabido, uma vez que a licitação não foi feita em sua gestão e a decisão de prosseguir com os contratos, também em função do interesse público, foi tomada por toda a diretoria do Metrô.” Avelleda não era presidente do Metrô nem quando a licitação foi feita nem quando foram assinados os contratos com as sete empresas que fazem a obra.

Desde que a Justiça decidiu pela paralisação das obras e o afastamento de Avelleda, o Estado questiona o Metrô sobre os repasses já feitos a essas empresas. O governo do Estado se recusa a informar quanto dinheiro público já foi investido na obra suspen-

ta de fraude. Na primeira sentença, a Justiça obrigava a devolução aos cofres públicos de qualquer valor já pago às empresas.

Reação. O promotor de Justiça Marcelo Milani, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social – um dos responsáveis pelo inquérito civil que apura as supostas irregularidades da obra – afirma ver contradições na decisão, por suspender o responsável pela obra suspeita, mas não a obra em si. Ele afirma que faria mais sentido se a Justiça decidisse pelo contrário: paralisar a obra, mas manter Avelleda na presidência do Metrô.

Milani disse ainda que o recurso apresentado pelo Metrô – que só pode ser analisado pelo presidente do TJ – usou um dispositivo do chamado “entulho autoritário”, jargão jurídico para instrumentos legais do tempo da ditadura militar. Além disso, principalmente, o promotor discorda do argumento de que a paralisação da obra da Linha 5 traria prejuízo à sociedade. Para ele, prejuízo maior seria o prolongamento contínuo da obra como está sendo executado.

“O atraso na conclusão da obra implicará prejuízo mensal da ordem de mais de R\$ 85 milhões, ao passo que, com a operação...

... da linha, os ganhos aos cofres públicos podem superar a cifra de R\$ 1 bilhão por mês, sem contar os ganhos sociais e de mobilidade”

O ESTADO DE S. PAULO

OAB critica corporativismo de juízes

23 NOV 2011

Evandro Fadel / CURITIBA

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, criticou ontem as associações de juízes. Segundo ele, atitudes como o pedido para que nem mesmo as iniciais dos nomes dos magistrados que respondem a processos disciplinares sejam divulgadas é uma tentativa de impedir que haja transparência no Poder Judiciário. "As associações de classe dos juízes têm tido um posicionamento não republicano, no sentido de defender muito mais a magistratura do que a sociedade", afirmou.

Para ele, a independência de um poder ou de um agente político como o juiz deve ser exercida na defesa da sociedade. "O Estado não é mais importante que o cidadão", acentuou, destacando que "a transparência é fundamental na República". "O Conselho Nacional de Justiça possibilitou que se vivesse esse novo momento, em que se conhece a Justiça por dentro, através dos números se sabe quanto tempo o juiz tem uma causa nas mãos, quanto tempo leva para julgar um processo e por que não julga."

Na avaliação de Ophir, "isso começou a incomodar". "E a incomodar muito mais quando, no momento seguinte, se começou a punir pessoas ligadas aos Tribunais de Justiça, aos grandes dirigentes desses tribunais. As corregedorias, infelizmente, nunca funcionaram, e o CNJ passou a divulgar e punir, ainda que a legislação determine apenas uma aposentadoria compulsória."

23 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

SP gasta até R\$ 3 mi por ano para reaver desvios

Prefeitura tenta recuperar na Justiça inglesa US\$ 344 mi que teriam sido desviados das gestões Maluf e Pitta; em 7 anos, retorno foi de R\$ 2,8 mi

Felipe Frazão

Reaver o dinheiro da corrupção enviado para o exterior tem um custo alto, sem retorno garantido e pode demorar anos. É o que mostra a experiência da Prefeitura de São Paulo, iniciada em 2004. A cada ano, o Município pode ser obrigado a gastar até £ 1.080.000 (R\$ 3.048.732) em honorários com advogados internacionais que o representam nos processos em curso na Justiça britânica.

O objetivo é "localizar, bloquear, recuperar e repatriar" US\$ 344 milhões desviados durante as gestões dos ex-prefeitos Paulo Maluf (entre 1993 e 1997) e Celso Pitta (de 1997 a 2001).

A quantia investida é praticamente a mesma que voltou ao Tesouro Municipal até agora: apenas £ 1 milhão (R\$ 2.822.900) em processo no qual, segundo o Ministério Público Estadual (MPE), o hoje deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) é réu.

O valor de R\$ 3 milhões corresponde ao teto anual de gastos que a Procuradoria-Geral do Município (PGM) está autorizada a fazer com pagamento de advogados. Ele foi publicado no dia 5 no *Diário Oficial da Cidade*. A Prefeitura pagará até £ 90 mil (R\$ 254.061) mensais ou £ 375 (R\$ 1.058,59) por hora de trabalho do escritório Lawrence Graham LPP, com sede em Londres.

Quem trabalha no caso é sócio da empresa, Andrew Witts, especializado em fraudes internacionais. A empresa foi contratada no fim de 2004, depois que a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, da qual a PGM faz par-

PARA LEMBRAR

De acordo com o Ministério Público, além de já ter recuperado £ 1 milhão (R\$ 2.822.900) aos cofres públicos - no caso dos desvios cuja autoria pesa contra Paulo Maluf -, a Prefeitura também conseguiu de volta U\$ 1 milhão (R\$ 1.806.200) que teria sido desviado na gestão Celso Pitta. A quantia foi repatriada de uma conta que o ex-prefeito tinha nas Ilhas Cayman em nome de uma offshore. A remessa do dinheiro ao País foi autorizada em 2006 por Nicéa Camargo, ex-mulher de Pitta.

te, firmou convênio com a Advocacia Geral da União (AGU). A sociedade de advogados representa a União e o Município na Justiça britânica, sobretudo, na Corte da Ilha de Jersey, no Canal da Mancha, onde bens supostamente pertencentes a Maluf e a seus familiares foram bloqueados pelo Judiciário local. O deputado nega ter contas no exterior e não comenta o caso, diz sua assessoria de imprensa.

Avanços. O contrato com o Lawrence Graham já foi prorrogado por dois anos pelo menos uma vez, em maio 2009. Em abril daquele ano, a Prefeitura obtivera uma vitória ao conseguir bloquear U\$ 22 milhões, que seriam de contas de Maluf. Em agosto, a Justiça paulista também bloqueou bens da família Maluf. E em outubro, aditou o contrato para incluir serviços que teriam custo máximo de £ 160 mil (R\$ 451.664).

Agora o Município pretende recuperar mais U\$ 22 milhões em julgamento previsto para janeiro e fevereiro de 2012, de acordo com o promotor Silvío Marques. No caso mais emblemático, Maluf é acusado de desvios que chegam a US\$ 200 milhões, obras viárias como a Avenida Jornalista Roberto Marinho e o túnel Ayrton Senna, ambas na zona sul. / COLABOROU MARCELO GODOY

23 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Ações contra juízes prescrevem no País

1.547

Segundo a Corregedoria Nacional de Justiça, há casos abertos desde 2009; prazo de prescrição é curto

● "As relações entre juízes e magistrados é corporativista, são colegas de carreira. Como vão julgar uns aos outros?"

MAGDA DE ABREU

● "Que tal um projeto de lei de iniciativa popular propondo mudanças na indicação de juízes do Supremo pelo presidente?"

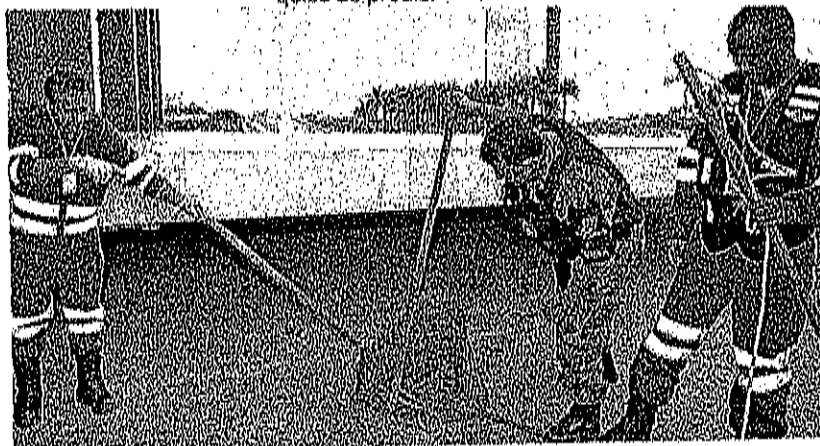
RANOLFO MATOS

● "Como podemos dizer que temos uma democracia se o Judiciário é imparcial e convive com a impunidade?"

MARCO AURELIO REHDER

Captura na sede do Supremo

Agentes da Polícia Florestal foram chamados ontem para uma captura na sede do Supremo Tribunal Federal. Uma capivara grávida havia buscado abrigo sob a marquise do prédio.



CONJUR

Juiz deve considerar valor da dívida antes de perdão

22 NOV 2011

A 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso da União contra decisão Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) que concedeu o perdão de débito fiscal inferior a R\$ 10 mil sem que outras dívidas fossem consideradas. Segundo o entendimento da turma, o juiz não pode pronunciar, de ofício, a remissão de débito, com base na Lei 11941/2009, sem verificar se o devedor tem outras dívidas na Fazenda Nacional que ultrapassem essa quantia.

De acordo com o ministro Maurício Godinho Delgado, relator do processo, o valor não pode ser analisado isoladamente, mas todo o débito com a União. Assim, a turma decidiu pela a continuação da cobrança do débito da VIGSEG Vigilância e Segurança Ltda., que tinha 50 inscrições na dívida ativa da União.

Ao suspender a cobrança do débito da VIGSEG, no valor de R\$ 4,6 mil e referente a multa por ausência de depósitos do FGTS, a Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia (GO) utilizou o inciso II do artigo 14: "aos demais débitos inscritos em Dívida Ativa da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional".

A União recorreu. O TRT-GO entendeu que ela "não comprovou que todos os débitos são de mesma natureza, ou seja, oriundos de multas impostas por infração à legislação trabalhista, ônus que lhe competia por se tratar de fato impeditivo à concessão da remissão". Para o ministro Maurício Godinho, no entanto, cabe ao devedor provar que se enquadra nos requisitos para a outorga da vantagem jurídica da remissão da dívida. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.*

RR 168700

CONJUR

TRF-4 garante bolsa do Prouni a aluno do curso de Direito de PUC-RS 22 NOV 2011

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou recurso da União e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e determinou a integração de aluno do curso de Direito ao Programa Universidade para Todos (Prouni). A decisão foi disponibilizada no Portal da Justiça Federal da 4ª Região na última semana.

O aluno ajuizou ação na Justiça Federal após ter seu pedido de bolsa integral do Prouni negado pela PUC sob alegação de que não preenchia todos os requisitos formais. Segundo a escola, o aluno não teria apresentado a Declaração de Imposto de Renda da empresa registrada em nome de sua companheira e, portanto, teria deixado de comprovar que o negócio estava inativo.

Conforme o autor da ação, a renda *per capita* da família é de aproximadamente R\$ 600 mensais, e a empresa onde sua companheira figura como sócia está inativa e não auferiu lucro, o que o torna apto a beneficiar-se do Programa. Após o juízo de primeira instância determinar a efetivação da matrícula do autor no Curso de Ciências Jurídicas diurno, com bolsa integral do Prouni, a PUC e a União recorreram ao tribunal contra a decisão.

O desembargador federal Vilson Darós, relator do processo na corte, analisou o recurso e teve o mesmo entendimento que o juiz de primeiro grau. Segundo Darós, “não é razoável excluir-se o demandante baseado exclusivamente em irregularidade formal sanável”. Para ele, embora o autor não tenha apresentado administrativamente a Declaração da Receita Federal sobre a inatividade da empresa, restou comprovado o preenchimento dos requisitos estabelecidos pela Lei 11.096/2005 para a obtenção da bolsa integral. O autor cursou o ensino médio todo em escola pública e possui renda familiar mensal *per capita* que não excede o valor de um salário mínimo e meio. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.*

CONJUR

Gerente de banco demitido não consegue indenização

22 NOV 2011

A confiança é elemento indispensável para a continuidade da relação de emprego, principalmente nos casos em que o trabalhador é gerente de banco. O comentário foi feito durante julgamento da 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que rejeitou Agravo de Instrumento interposto por um gerente de contas do Banco do Brasil. Ele foi demitido por justa causa. Entrou na Justiça para tentar reverter a justa causa e receber indenização por dano moral por ter sido apontado como autor de fraudes.

A decisão do TST em nada muda o posicionamento das instâncias inferiores. A 1ª Turma concluiu pelo enquadramento do caso na hipótese do artigo 482, alínea “b”, da CLT, que fala na existência da justa causa no caso de mau procedimento. De acordo com o colegiado, o dano moral não se verificou, pois o gerente não conseguiu demonstrar conduta censurável por parte do banco capaz de representar ofensa à sua honra e dignidade.

O trabalhador chegou ao banco como menor auxiliar de serviços até chegar a gerente de contas. Em agosto de 2005, foi afastado de suas funções, por tempo indeterminado, em virtude do inquérito administrativo instaurado pelo banco.

De acordo com o Banco do Brasil, o trabalhador cometeu “falta gravíssima”, caracterizada como fraude, ao utilizar-se de recursos de linha de investimento do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger), de destinação específica, para fins diversos do estabelecido no contrato, valendo-se do cargo em proveito próprio e para beneficiar terceiros e descumprindo as normas internas e o código de ética da empresa

O ministro Vieira de Mello Filho, relator do caso, afastou a alegação de violação ao princípio da isonomia. Quanto ao dano moral, ele não se evidenciou para o ministro. “Pelo contrário, ficou consignado que o banco manteve total sigilo acerca do processo administrativo”, concluiu. *Com informações da Assessoria de Comunicação do TST.*

AIRR: 14900-68.2007.5.15.0076